

Inovação



Heineken teve lucro 19% menor no ano passado

A cervejaria Heineken teve lucro líquido de 2,68 bilhões de euros em 2022, valor 19% menor do que o ganho de 3,32 bilhões de euros apurado em 2021. O resultado, porém, superou o consenso de lucro de 2,54 bilhões de euros fornecido pela própria empresa e baseado nas estimativas de 22 analistas. Já a receita da Heineken atingiu 28,72 bilhões de euros no ano passado. **PÁGINA 4**

Robotização

Lucro da WEG subiu 17% e chegou a R\$ 4 bilhões

A WEG encerrou o ano de 2022 com lucro líquido consolidado de R\$ 4,208 bilhões, um avanço de 17,3% ante o reportado no ano anterior. O Ebitda totalizou R\$ 5,617 bilhões no ano passado, um crescimento de 20,1%. Já a margem Ebitda foi de 18,8%. A receita líquida ficou em R\$ 29,904 bilhões no ano de 2022, alta de 26,91%. **PÁGINA 3**

Robotização

Bacia de Campos receberá investimento de US\$ 18 bi

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a Bacia de Campos continuará a ser uma referência para a empresa e receberá investimentos de US\$ 18 bilhões nos próximos cinco anos, para revitalização de diversos campos maduros, entre eles Marlim e Voador. Das 18 plataformas previstas no Plano Estratégico 2023-2027, 15 serão instaladas no Rio. **PÁGINA 8**

Sturgeon renuncia ao cargo de primeira-ministra

A primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, renunciou ao cargo, após oito anos no poder. O pedido de demissão, que pegou analistas de surpresa, vem após alguns reveses, como não conseguir convocar um novo referendo sobre a separação do Reino Unido. **PÁGINA 5**

Ministro afirma que País é forte candidato a atrair investimentos

Haddad admite que é necessário reduzir os juros

O ministro disse que o déficit poderia ficar abaixo de 1% do PIB em 2023 caso os efeitos negativos da política monetária apertada não se manifestem este ano



Rovena Rosa - Agência Brasil

PARCERIA

Campos Neto diz que desafio hoje é atingir o crescimento sustentável

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na quarta-feira, 15, que o grande desafio da autoridade monetária atual é o de atingir um crescimento econômico sustentável e inclusivo. "É isso o que move o BC em parceria com o TCU - Tribunal de Contas da União", disse durante discurso não previsto no plenário do Senado Federal, durante sessão de comemoração aos 130 anos do Tribunal. **PÁGINA 2**



Marcelo Camargo - Agência Brasil

COMÉRCIO



Divulgação

Alckmin afirma que queda dos juros pode atrair investimentos

PÁGINA 6

AUXÍLIO

Lula anuncia que vai relançar na semana que vem o Bolsa Família

O presidente Lula confirmou que o governo federal vai relançar o Bolsa Família na semana que vem. O programa social será reatualizado, com benefício mínimo de R\$ 600 e adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos de idade. **PÁGINA 6**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira, 15, que é necessário reduzir os juros para destravar os investimentos no Brasil. "Acho que, com 8% de taxa real é difícil navegar", afirmou, durante evento do BTG Pactual. As declarações vêm dois dias depois de o Diretório Nacional do PT, partido de Haddad, aprovar uma resolução que orienta as bancadas da sigla na Câmara e no Senado a convocar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para que preste esclarecimentos no Congresso sobre o nível da taxa Selic. "É melhor chamar atenção para isso do que para a meta, porque está todo mundo com meta de 3%, sabendo que não vai atingir. Ninguém cumpriu meta no mundo, ninguém cumpriu. Pega 2022, ninguém cumpriu. Quem mais se aproximou fomos nós, porque socamos a taxa de juros para lá". O ministro disse que faz parte do seu trabalho harmonizar a política fiscal com a política monetária e construir a narrativa sobre o tema. **PÁGINA 2**

IBOVESPA 109.600,14 ↑ 1,62%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	4,93	+7,64%	+0,35
MRV ON NM	6,51	+5,85%	+0,36
GRUPO NATURA ON NM	15,14	+5,73%	+0,82
VIA ON NM	2,27	+5,58%	+0,12
CSNMINERACAO ON N2	5,020	+5,24%	+0,250

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MAGAZ LUIZA ON NM	3,89	-4,19%	-0,17
TOTVS ON NM	28,60	-4,16%	-1,24
BRASKEM PNA N1	20,49	-0,68%	-0,14
GERDAU MET PN N1	12,56	-0,63%	-0,08
GERDAU PN N1	28,54	-0,42%	-0,12

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
IBOVESPA IBO	109805,00	-2,44%	-2743,00
VALE ON NM	89,00	+2,18%	+1,90
PETROBRAS PN N2	26,74	+0,15%	+0,04
BRANCO PN N1	13,76	+3,93%	+0,52
BRASIL ON NM	41,93	+0,91%	+0,38

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	34.128,05	+0,11%
S&P 500	4.147,60	+0,28%
NASDAQ	12.070,59	+0,92%
DAX 30	15.506,34	+0,82%
FTSE 100	7.997,83	+0,55%
IBEX 35	9.302,00	+0,42%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,219	5,220	↑ 0,41%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,027	0,027	↑ 0,21%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,575	5,576	↓ -0,11%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,272	6,274	↓ -0,67%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
306,00	USD\$ 1.836,02

META DE INFLAÇÃO

Haddad diz que é necessário reduzir os juros para destravar investimentos

O ministro da Fazenda admitiu que a situação do País é melhor atualmente do que há um mês, mas reconheceu que as expectativas do mercado estão contaminadas pelo ruído doméstico

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na quarta-feira, 15, que é necessário reduzir os juros para destravar os investimentos no Brasil. "Acho que, com 8% de taxa real ex-ante, é difícil navegar", afirmou, durante evento do BTG Pactual.

As declarações vêm dois dias depois de o Diretório Nacional do PT, partido de Haddad, aprovar uma resolução que orienta as bancadas da sigla na Câmara e no Senado a convocar o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para que preste esclarecimentos no Congresso sobre o nível da taxa Selic.

Durante a sua fala, Haddad afirmou considerar melhor "chamar a atenção" para os juros altos do que para as metas de inflação. A incerteza em torno do futuro das metas dominou as três reuniões feitas pelo BC com economistas do mercado esta semana.

"É melhor chamar atenção para isso do que para a meta, porque está todo mundo com meta de 3%, sabendo que não vai atingir. Ninguém cumpriu meta no mundo, ninguém cumpriu meta. Pega 2022, ninguém cumpriu. Quem mais se aproximou fomos nós, porque socamos a taxa de juros para lá", disse o ministro.

O ministro da Fazenda disse que faz parte do seu trabalho harmonizar a política fiscal com a política monetária e construir a narrativa sobre o tema. "Esse jogo de construção de narrativa, de harmonização das políticas fiscais e monetária, de harmonização do discurso do Estado com a sociedade, isso faz parte do trabalho do Ministério da Fazenda, não faz parte do trabalho de um economista necessariamente", afirmou.

Instantes antes, Haddad havia dito ser necessário compreender que o Brasil não vai levar a inflação de 6,0% para 3,0%, o centro da meta estabelecido para os anos de 2024 e 2025. Ele defendeu que há várias formas de se endereçar a política fiscal e monetária.

O ministro acrescentou considerar que a economia não se trata de uma ciência exata e afirmou que os principais macroeconomistas do mundo reconhecem que o arcabouço teórico é insuficiente para explicar a realidade hoje.

"Você não tem hoje um paradigma teórico que diz 'olha, esse aqui é o que funciona'. Você tem várias ocorrências desafiando os teóricos", afirmou o ministro, para quem é necessário "testar o terreno" de um "mundo novo".

O ministro disse ainda que o déficit primário do Brasil poderia ficar abaixo de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 caso os efeitos negativos da política monetária apertada não se manifestem este ano. "Se os efeitos deletérios desses 8% de juros real não se fizerem sentir fortemente este ano, coisa que duvido, fora Carf, fora tudo que



Fernando Haddad: "é melhor chamar atenção para isso do que para a meta, porque está todo mundo com meta de 3%, sabendo que não vai atingir"

PARCERIA

Campos Neto diz que desafio hoje é atingir crescimento sustentável

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na quarta-feira, 15, que o grande desafio da autoridade monetária atual é o de atingir um crescimento econômico sustentável e inclusivo. "É isso o que move o BC em parceria com o TCU - Tribunal de Contas da União", disse durante discurso não previsto no plenário do Senado Federal, durante sessão de comemoração aos 130 anos do Tribunal.

Campos Neto ressaltou que, assim que chegou a Brasília, uma de suas primeiras tarefas foi a de entender a função do TCU e como o BC poderia interagir melhor com a entidade. Na sequência, elencou grandes desafios enfrentados, como a crise argentina, o desastre ambiental de Brumadinho (MG) e depois a crise sanitária da covid-19. "Quando nos dedicávamos a fazer a agenda de tecnologia, tivemos que parar", lembrou.

O presidente do BC disse que alertou sobre o que viria a ser um problema de mobilidade, mencionou que deveria haver quarentena e que se informou das ações tomadas em outros lugares que já estavam em estágio mais avançado da pandemia, como a Europa. "Isso seria muito danoso para alguns", disse que previu na ocasião.

Por isso, de acordo com ele, o pro-

grama de enfrentamento do surto visava a oferta de crédito, a estabilidade financeira, o atendimento a pequenas empresas, programa de recursos a setores específicos e garantia de emprego, entre outros. "O BC fez o maior programa de liberação de recursos da história", rememorou.

Para o futuro, Campos Neto destacou em seu discurso de improviso que a tecnologia diminui o custo de intermediação, consegue fazer serviços governamentais de melhor qualidade e que, portanto, é um elemento democratizante. "Outro tema é diminuir a burocracia", pontuou.

A fala de Campos Neto não estava prevista. Contudo, durante o discurso do atual presidente do TCU, Bruno Dantas, o presidente do BC começou a fazer anotações.

Ele disse ainda ser preciso "garantir uma disciplina fiscal, mas de olho no social". A frase do banqueiro central vem depois de muitas críticas do governo aos juros altos estipulados pela autoridade monetária - a Selic hoje está em 13,75% ao ano. De acordo com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é preciso, neste momento, dar mais atenção aos cidadãos que estão fora do orçamento público e que necessitam do Estado.

"Fiscal com social é que acho que é o importante, acho que hoje é o que a gente precisa concentrar, precisa ter disciplina fiscal entendendo que precisamos ter olho mais especial no social, ele exige escolha e métodos", declarou Campos Neto. "Quanto mais transparente e eficiente o (serviço) público for, mais aptos nós seremos em captar recursos privados e levar o País a crescer de forma sustentável."

Na avaliação de Campos Neto, a transparência na administração das contas é um "enorme serviço", não só para a máquina pública, mas também para os investidores. "Os avanços nos ganhos institucionais precisam ser mantidos, os ganhos institucionais que o País teve nos últimos anos são importantíssimos", declarou. Segundo ele, transparência e eficiência geram credibilidade.

Ao enaltecer a parceria com o TCU, ele cita a fiscalização como órgão de consulta pública. Para ele, a parceria tem sido "excelente".

O presidente do BC também disse ser importante que o governo seja um exemplo em práticas de sustentabilidade. De acordo com Campos Neto, o desafio hoje é como atingir crescimento sustentável e inclusivo, e tecnologia é "elemento democratizante".

eu reonerei, fora combustíveis, que a decisão será tomada este mês, fora tudo isso, nós estamos com déficit menor que 1%", afirmou.

Durante participação no evento do BTG Pactual, Haddad disse que a tendência é de uma melhora progressiva das projeções para o cenário. Ele afirmou que, em janeiro, as receitas do governo já ficaram R\$ 19

bilhões acima do previsto, contando R\$ 6 bilhões em dividendos que deveriam ter sido pagos pela Petrobras.

O ministro disse que a situação do País é melhor hoje do que há um mês e que as expectativas do mercado estão contaminadas pelo ruído doméstico. "Eu sei que está, lamento que esteja e, mais do que lamentar que esteja, lamento ainda se a

autoridade monetária se deixar levar por isso, não é esse o papel", afirmou.

Haddad acrescentou que o Brasil está em situação favorável do ponto de vista geopolítico e é forte candidato a atrair investimentos, inclusive devido aos processos de nearshoring e à disponibilidade de energia limpa. "Se aproveitarmos a janela, nós podemos ter uma performance

melhor do que a economia mundial", disse.

Em meio à tensão entre o Executivo e o Banco Central, o ministro da Fazenda afirmou que a comunicação é constante entre Fazenda e a autoridade monetária e que não vê motivo para se preocupar com esse ruído neste momento. Ele avaliou que o patamar atual dos juros no Brasil trouxe à tona o

rombo na Americanas e alertou que outras empresas, mesmo aquelas que estão em dia com compromissos, podem enfrentar problemas similares em um futuro próximo.

Durante a participação no evento CEO Conference, do BTG Pactual, Haddad relatou uma conversa com André Esteves, chairman do banco, em que o banqueiro contou que a Americanas era um problema microeconômico para a instituição - uma das credoras da varejista.

O ministro considerou, contudo, que o problema é macroeconômico, porque o rombo da empresa representa 0,50% do Produto Interno Bruto. Ele também citou que a questão causou estresse e criticou a falta de pronunciamento dos responsáveis pela companhia.

"Aquilo veio à tona por causa da taxa de juros. Podia rolar por três, quatro anos aquela bagunça. Alguma hora ia aparecer. Mas, de repente, a taxa de juros vai de 2% para quase 14% e o corpo boia. O cadáver que estava no fundo do mar sobe e fica tudo exposto", avaliou. "Mas agora foi um problema de fraude. E daqui a um mês, dois meses, seis meses, será que aquele que se comportou direitinho, pagou seus fornecedores, registrou suas dívidas, será que ele vai suportar isso?"

Nesse contexto, o ministro voltou a dizer que as políticas fiscal e monetária fazem parte de um todo que se combina. "Política econômica se harmoniza em função de um objetivo."

Segundo Haddad, a conversa com o BC é diária, até porque há muitos assuntos que envolvem a autoridade monetária e que estão na Receita Federal ou na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por exemplo. "Há muita coisa unânime entre Fazenda, BC e Planejamento. A comunicação nunca deixou de existir e nunca deixará. É ruído, temos que entender que nervosismo toma conta. Não vejo motivo para se preocupar com ruídos. Vamos nos preocupar com problemas reais. Podemos equacionar problemas reais se soubermos construir caminhos."

O ministro disse também que o governo deverá anunciar em março o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto dos gastos. Antes, ele havia prometido apresentar a proposta até abril, para que fosse discutida junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Haddad relatou que a ideia de antecipar a nova regra foi dada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, e pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Comércio, Indústria, e Serviços, Geraldo Alckmin. Eles defenderam que seria positivo discutir a regra antes de apresentá-la ao Congresso.

O ministro da Fazenda disse que nenhum país do mundo adota uma regra como o teto de gastos, mas defendeu um novo arcabouço exigente no Brasil.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

ROBOTIZAÇÃO

Lucro da WEG subiu 17,3% e chegou a R\$ 4,208 bilhões

O indicador custo dos produtos vendidos (CPV) subiu 27,75% no ano passado, ficando em R\$ 21,2 bilhões contra o resultado de R\$ 16,6 bilhões um ano antes

A WEG encerrou o ano de 2022 com lucro líquido consolidado de R\$ 4,208 bilhões, um avanço de 17,3% ante o reportado no ano anterior. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) totalizou R\$ 5,617 bilhões no ano passado, um crescimento de 20,1% ante o apurado um ano antes. A margem Ebitda foi de 18,8%, 1,1 ponto porcentual abaixo do anotado em 2021.

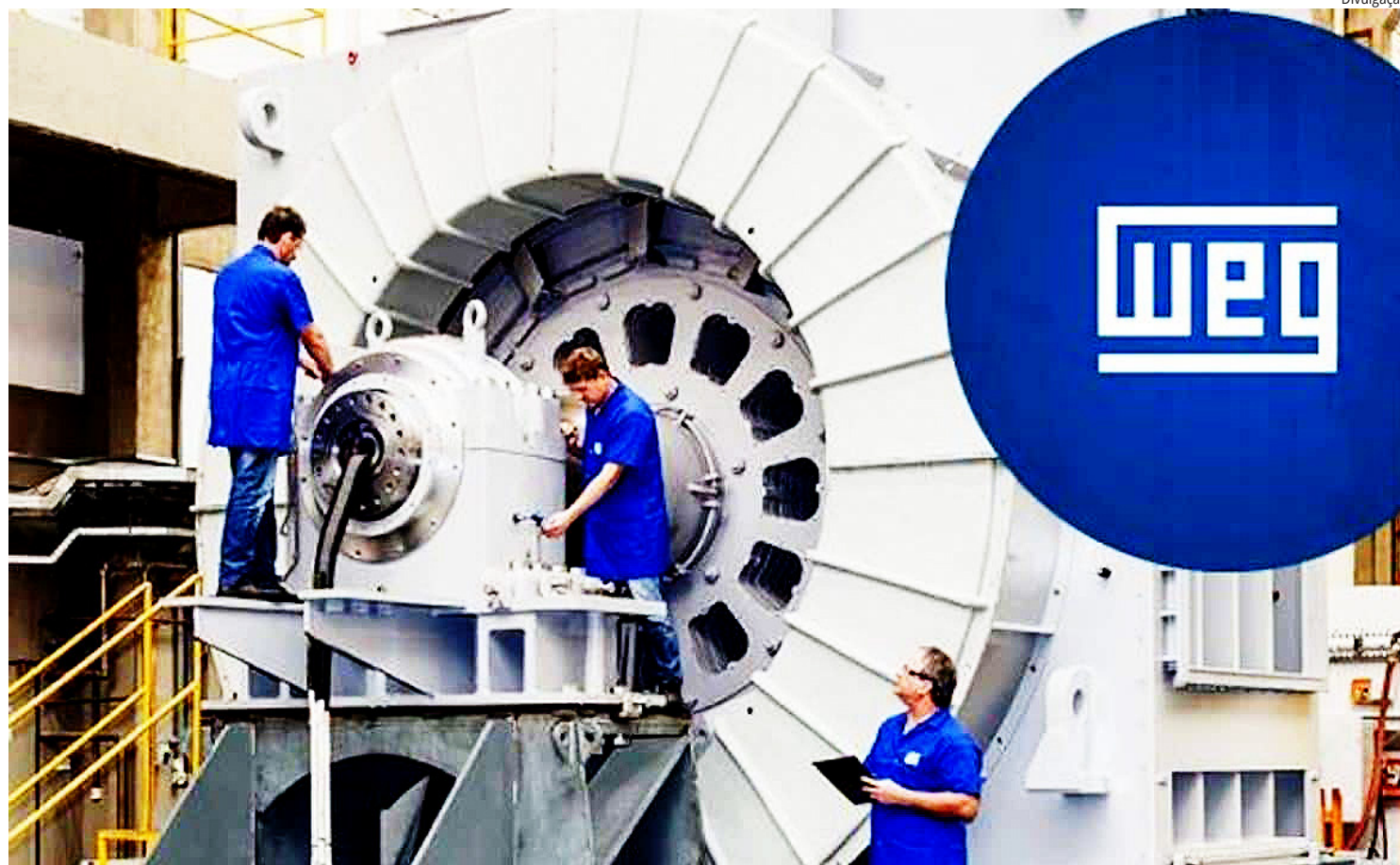
A receita líquida ficou em R\$ 29,904 bilhões no ano de 2022, alta de 26,91% contra a receita líquida R\$ 23,563 bilhões nos 12 meses de 2021.

As receitas no mercado interno somaram R\$ 14,864 bilhões, com crescimento de 38,4% em relação ao ano anterior, representando 49,7% da Receita Operacional Líquida (ROL) total.

Já o mercado externo respondeu por R\$ 15,040 bilhões, crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior, representando 50,3% da ROL total. Nas moedas locais, ponderada pelo peso de cada mercado, a receita do mercado externo apresentou crescimento de 26,8% no ano.

O resultado financeiro ficou positivo em R\$ 64,1 milhões em 2022 ante R\$ 171,7 milhões de 2021. Segundo a empresa, o resultado decorre de receitas financeiras de R\$ 1,105 bilhão e despesas financeiras de R\$ 1,041 bilhão.

"Além do aumento da remuneração sobre as aplicações financeiras em 2022, vale lembrar que os resultados de 2021 e 2022 foram impactados pelo reconhecimento da atualização monetária sobre os créditos tri-



Weg: os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização de capacidade produtiva somaram R\$ 1,193 bilhão no ano passado

butários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no montante de R\$ 138,9 milhões e R\$ 25,4 milhões, respectivamente", destaca a empresa em seu relatório de desempenho.

O indicador custo dos produtos vendidos (CPV) no ano de 2022 ficou em R\$ 21,209 bilhões, alta de 27,75% contra o resultado de um ano antes, de R\$ 16,602 bilhões.

Os investimentos em ativos fixos para expansão e modernização de capacidade produtiva somaram R\$ 1,193 bilhão em 2022, sendo 52% destinados aos ativos no Brasil e 48% aos parques industriais e demais

subsidiárias no exterior.

"Além das constantes melhorias nas operações já existentes, com aprimoramento, automação e robotização dos processos, também foram realizados investimentos relacionados à expansão e construção em algumas unidades estratégicas ao longo do ano. No Brasil, destacamos o início do projeto de expansão em Jaraguá do Sul, com a construção de uma nova fábrica dedicada a motores industriais e de mobilidade elétrica, além da ampliação da fábrica de transformadores de grande porte em Betim", informa.

No exterior, a empresa lembra dos anúncios recentes das

novas unidades de Portugal e Turquia, além da conclusão da construção da nova fábrica de motores industriais de baixa tensão na Índia. "Também realizamos ampliações importantes nas unidades da América do Norte, tanto para as fábricas de motores industriais quanto para transformadores. Ressaltamos nossa capacidade de ajustar a velocidade de execução do programa de investimento à demanda efetiva do mercado, dentro de nossa estratégia de expansão modular, sempre buscando a maximização do retorno sobre o capital investido", destaca.

A WEG registrou, no quarto

trimestre de 2022, lucro líquido de R\$ 1,193 bilhão, 36,5% superior ao gerado no quarto trimestre de 2021 e 3,0% superior ao terceiro trimestre de 2022.

O Ebitda atingiu R\$ 1,559 bilhão, alta de 38,6% ante igual trimestre de 2021 e baixa de 0,6% ante o trimestre anterior, enquanto a margem Ebitda de 19,5% foi 2,3 pontos porcentuais (pp) maior do que no quarto trimestre do ano anterior e 0,3 pp menor do que o terceiro trimestre do mesmo ano.

A Receita Operacional Líquida (ROL) foi de R\$ 7,979 bilhões, 22,0% maior no comparativo anual e 0,9% maior no comparativo trimestral.

PREMIUM

Heineken lucrou 19% menos em 2022

A cervejaria holandesa Heineken teve lucro líquido de 2,68 bilhões de euros em 2022, valor 19% menor do que o ganho de 3,32 bilhões de euros apurado em 2021, de acordo com balanço divulgado nesta quarta-feira, 15. O resultado, porém, superou o consenso de lucro de 2,54 bilhões de euros fornecido pela própria empresa e baseado nas estimativas de 22 analistas.

Já a receita líquida da Heineken atingiu 28,72 bilhões de euros no ano passado, ante 21,94 bilhões de euros em 2021 e também acima da projeção do mercado, de 28,39 bilhões de euros.

O lucro operacional ajustado - uma das métricas preferidas da companhia - foi de 4,5 bilhões de euros em 2022, ante 3,41 bilhões de euros no ano anterior. Neste caso, o consenso era de 4,43 bilhões de euros. O volume orgânico total de cerveja, por sua vez, teve expansão de 6,9% no ano passado.

Dolf van den Brink, Presidente do Conselho Executivo, disse estar satisfeito por ter entregado um forte conjunto de resultados em 2022 em um ambiente continuamente desafiador e volátil, crescendo à frente da categoria de cerveja na maioria dos mercados.

"Nosso portfólio premium continuou a apresentar desempenho superior, liderado pelo excelente impulso da marca Heineken® e ainda mais

impulsionado pelo lançamento da Heineken® Silver. Estamos inovando para expandir nossas posições de liderança em bebidas não alcoólicas e

além da cerveja. Estamos acelerando a implantação de nossas plataformas digitais business-to-business e continuamos a descarbonização de nossas cervejarias."

Segundo ele, a estratégia da EverGreen está em curso para oferecer criação de valor sustentável a longo prazo. "Entregamos um crescimento equilibrado ao precificar com responsabilidade, demos mais um passo em nosso programa de produtividade e continuamos a investir em nossas marcas e capacidades."

Em relação a 2019, volume já se recuperou totalmente, receita líquida

(beia) tem uma vantagem de cerca de 18% e o lucro operacional (beia) de mais de 11%.

Para o próximo ano, as perspectivas econômicas globais permanecerão desafiadoras. "Continuaremos a investir, permanecendo

disciplinado em preços e custos. Nossa perspectiva, conforme compartilhada em 30 de novembro de 2022, permanece inalterada."

Durante 2022, a empresa acelerou a implantação da estratégia EverGreen, projetada para preparar a empresa para o futuro e proporcionar um crescimento superior e equilibrado em um mundo em rápida mudança.

Brink disse que o sonho da empresa é moldar o futuro da cerveja e vencer o coração dos consumidores. "Também estamos moldando o futuro com nossa ambição de nos tornarmos a cervejeira melhor conectada digitalmente, elevando o nível de sustentabilidade e responsabilidade e evoluindo na cultura, modelo operacional e capacidades. "Ao mesmo tempo, aumentamos a produtividade para financiar os investimentos necessários e melhorar a rentabilidade e eficiência do capital."

O mix de preços subjacente em uma base geográfica constante aumentou 14,3%, impulsionado pela inflação. Todas as regiões contribuíram com crescimento orgânico de dois dígitos. A conversão de moeda impactou positivamente a rede de receita (beia) em € 1.582 milhões ou 7,2%, impulsionada principalmente pelo peso mexicano, real brasileiro, dong vietnamita e o Dólar americano.

MENSALIDADES

IGP-10 registrou aumento de 0,02%

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 0,02% em fevereiro, após a alta de 0,05% em janeiro, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) na quarta-feira, 15. Os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram redução de 0,14%, ante uma queda de 0,06% em janeiro. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram alta de 0,55% em fevereiro, após o aumento de 0,47% em janeiro. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve elevação de 0,33% em fevereiro, depois de subir 0,14% em janeiro.

O IGP-10 acumulou um aumento de 0,07% no ano. A taxa acumulada em 12 meses ficou em 2,26%. O período de coleta de preços para o indicador de fevereiro foi do dia 11 de janeiro a 10 deste mês.

Os reajustes de mensalidades de ensino fundamental (5,86%), ensino superior (3,82%), serviços bancários (2,76%) e Licenciamento - IPVA (3,00%) ajudaram a acelerar a inflação ao consumidor medida pelo índice.

Dentro do IPC-10, cinco das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais elevadas: Despesas Diversas (de 0,10% em janeiro para 1,77% em fevereiro), Transportes (de 0,06% para 0,52%), Educação, Leitura e Recreação (de 1,13% para 1,51%), Habitação (de 0,12% para 0,32%) e

Comunicação (de 0,73% para 0,99%). As principais contribuições partiram dos itens: serviços bancários (de 0,00% para 2,76%), licenciamento - IPVA (de 0,00% para 3,00%), cursos formais (de 2,49% para 4,77%), tarifa de eletricidade residencial (de -0,53% para 0,33%) e combo de telefonia, internet e TV por assinatura (de 0,77% para 2,57%).

Na direção oposta, as taxas foram mais baixas nos grupos Alimentação (de 0,67% para 0,23%), Vestuário (de 0,87% para -0,30%) e Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,69% para 0,45%). As maiores influências partiram dos itens: hortaliças e legumes (de 4,04% para -4,05%), roupas (de 1,07% para -0,47%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (de 0,71% para -0,13%).

A alta no custo do material de construção e da mão de obra acelerou a inflação do setor dentro do IGP-10 de fevereiro. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-10) passou de uma alta de 0,14% em janeiro para uma elevação de 0,33% em fevereiro.

O índice que representa o custo de Materiais, Equipamentos e Serviços saiu de uma queda de 0,04% em janeiro para um aumento de 0,15% em fevereiro. Os gastos com Materiais e Equipamentos tiveram alta de 0,01% em fevereiro, enquanto os custos dos Servi-

ços tiveram elevação de 0,82% no mês. Já o índice que representa o custo da Mão de Obra passou de um aumento de 0,34% em janeiro para uma alta de 0,52% em fevereiro. Recuos nos preços de commodities importantes, como a soja e bovinos, garantiram nova deflação no atacado dentro do IGP-10 de fevereiro. "Commodities e insumos agropecuários seguem influenciando a desaceleração da inflação ao produtor. Nesta apuração merecem destaque os itens: soja (de -1,13% para -3,34%), bovinos (de 2,40% para -2,51%) e adubos ou fertilizantes (de -3,05% para -6,19%). Ao consumidor, os principais destaques partiram dos serviços:

passagem aérea (de -0,15% para -3,86%), aluguel residencial (de -0,44% para -0,55%) e tarifa de telefone móvel (de 0,92% para -0,94%)", afirmou André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-10) passou de queda de 0,06% em janeiro para redução de 0,14% em fevereiro.

Na análise por estágios de processamento, os preços dos Bens Finais aceleraram de -0,59% em janeiro para 0,20% em fevereiro, tendo como principal contribuição o subgrupo combustíveis para o consumo, cuja taxa passou de -5,61% para 2,11%.



Os reajustes de 5,86% das mensalidades de ensino fundamental ajudaram a acelerar a inflação ao consumidor

Agência Brasil

VÍNCULO TRABALHISTA

Maioria dos trabalhadores quer um emprego formal

Cerca de 69% dos trabalhadores por conta própria gostariam de ter algum vínculo com uma empresa pública ou privada

Três em cada quatro trabalhadores atuando por conta própria no Nordeste e Centro-Oeste desejam encontrar um emprego formal no setor público ou privado, segundo dados da Sondagem do Mercado de Trabalho divulgados na quarta-feira, 15, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O trabalho por conta própria - sem vínculo empregatício e caracterizado, na maioria das vezes, pela precariedade e ausência de proteção social - concentra cerca de 25% dos ocupados no País, chegando a superar 30% dos empregos em algumas regiões, ressaltou a FGV, citando as informações da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na média nacional, 69,6% dos trabalhadores por conta própria gostariam de ter algum vínculo formal com uma empresa pública ou privada, enquanto que apenas 30,4% preferem manter-se na situação atual.

A região Nordeste registrou a maior proporção de trabalhadores por conta própria que gostariam de estar ligados a uma empresa (76,7% deles), seguida pelo Centro-Oeste (75,2%).

No Nordeste, o desejo de



O trabalho por conta própria é precário e não tem proteção social

migração para o emprego formal foi motivado, principalmente, pela vontade de ter rendimentos fixos (38,4%) e ter acesso ao conjunto de benefícios que uma empresa pode oferecer (36,5%).

Na região Sul, 60% dos trabalhadores por conta própria gostariam de mudar para uma vaga formal. Entre os 40% que preferiam permanecer sem vínculo empregatício, as principais razões apontadas foram a possibilidade de flexibilidade de horários (16,5%) ou por acreditarem que essa modalidade permite rendimentos maiores (13,6%).

Conforme dados da sondagem coletados em dezembro de 2022, 57,1% dos trabalhadores por conta própria atuando no Brasil trabalhavam anteriormente como empregados com carteira assinada. Essa proporção foi maior entre os conta própria no Centro-Oeste (66,5%), Sudeste (63,3%) e Norte (62,2%).

"A principal ocupação anterior, em todas as regiões do País, era a do trabalhador empregado com carteira assinada, sugerindo que essas pessoas perderam seus empregos e migraram para a categoria dos conta própria",

avaliou a FGV, em nota.

As regiões que registraram os maiores percentuais de pessoas que migraram do desemprego para o trabalho por conta própria foram Norte (28,9%) e Nordeste (24,7%).

O Sul registrou a maior proporção de empregadores (somando os que possuem e os que não possuem registro de CNPJ), chegando a 11,4% dos trabalhadores por conta própria existentes na região, "dando a entender que já eram empresários, apenas mudaram o tipo do negócio", diz a FGV.

A Sondagem do Mercado de Trabalho consulta, mensalmente, cerca de duas mil pessoas físicas com mais de 14 anos de idade em todo o território nacional. Os dados dessa divulgação foram coletados entre agosto e dezembro de 2022.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma elevação de 0,2% em dezembro ante novembro de 2022. Na comparação com dezembro de 2021, a atividade econômica teve expansão de 1,4% em dezembro de 2022. O Monitor do PIB-FGV aponta ainda que a atividade econômica cresceu 2,9% no ano de 2022.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB) atingiu o maior nível desde a recessão de 2014-2016, enquanto o consumo das famílias foi recorde na série histórica iniciada em 2001.

DESVIO DE FINALIDADE

MP pede apuração de consignado do auxílio pela Caixa nas eleições

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu para que a Corte apure a concessão do crédito consignado pela Caixa durante o período eleitoral no ano passado. O pedido de representação, apresentado pelo subprocurador-geral do MP-TCU, Lucas Furtado, se baseia em matéria, do portal UOL, que mostrou que 99% dos empréstimos nessa modalidade foram concedidos entre o primeiro e o segundo turno da eleição, ou R\$ 7,595 bilhões.

"A matéria publicada pelo UOL apenas evidencia o uso da máquina pública com finalidade claramente eleitoral, em claro desvio de finalidade pública ensejador de dano ao erário", disse Furtado, na representação.

No documento, o subprocurador ainda pede que o TCU atue junto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para colaborar com as investigações de utilização indevida da máquina pública na campanha eleitoral do ex-presidente Jair Bolsonaro, assim como a responsabilização dos envolvidos, se confirmados os indícios.

Não é a primeira vez que o MP-TCU faz representações à Caixa devido à concessão do consignado do Auxílio Brasil. A primeira foi ainda durante o processo eleitoral, também para verificar desvio de finalidade para ajudar Bolsonaro, considerando que o lançamento ocorreu entre os dois turnos do pleito e houve uma explosão de contratos

rapidamente. Na época, Furtado pediu a suspensão dos empréstimos, mas a ação foi arquivada pelo ministro da Corte Aroldo Cedraz após explicações da Caixa.

Depois da derrota de Bolsonaro na disputa para o Planalto, a fonte secou. Primeiro, a Caixa alegou que o processamento da folha de pagamento do Auxílio pelo então Ministério da Cidadania no início de cada mês provocava a interrupção das concessões. Na sequência, o banco freou a concessão de crédito de modo geral, após recortes de 2022 e possíveis efeitos sobre os números de liquidez da instituição.

Quando assumiu a presidência da Caixa, em janeiro deste ano, Rita Serrano afirmou que a modalidade seria suspensa para uma reavaliação dos critérios.

Na semana passada, o governo anunciou mudanças no consignado do programa social. A Caixa foi o único dos grandes bancos que decidiu operar a modalidade em 2022, que foi sempre criticada por especialistas devido ao risco de aumentar a vulnerabilidade do público-alvo.

O limite para desconto mensal no benefício passou de 40% para 5%, o número de prestações não vai poder exceder seis parcelas mensais consecutivas e a taxa de juros deve ser limitada a 2,5% ao mês. Antes, o máximo de parcelas era de 24 meses e a taxa poderia chegar a até 3,5% ao mês.

Coneção



conexao@diariocomercial.com.br

Instagram: @coluna.conexao

POR MARCOS LUZ, JOÃO ROMÃO E VINICIUS PALERMO

Evento da FNP em Belém reúne gestores



Nos últimos dias 9 e 10 de fevereiro, governantes e gestores municipais estiveram em Belém, no Pará, para debater e compartilhar experiências sobre desafios específicos de ordenamento territorial no contexto amazônico. O seminário "Planos Diretores Municipais de Cidades Amazônicas", promovido pela prefeitura da capital paraense em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). O prefeito anfitrião, Edmilson Rodrigues, vice-presidente de Cultura da FNP, ressaltou que a atividade propôs "pensar o desenvolvimento urbano no sentido mais amplo, social e estrutural, porque é assim que se pensa sustentabilidade para que não seja uma farsa, um discurso vazio". O evento teve o objetivo de elaborar projetos de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável da Amazônia Legal.

Distrito Industrial de Nova Friburgo volta à mesa

O "Café com desenvolvimento", evento promovido pela Prefeitura de Nova Friburgo na terça-feira, contou com a presença do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Vinicius Farah, e representantes da Codin Rio e de instituições da cidade. Em pauta, a implementação do Distrito Industrial de Nova Friburgo, pleito antigo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, que foi anunciada em junho de 2022 pelo governador Cláudio Castro. Farah ressaltou que as obras estão previstas para iniciar ainda neste ano.

Sinborminas apresenta nova gestão

O Sindicato das Indústrias de Artefatos e Beneficiamento de Borracha e Elastômeros no Estado de Minas Gerais (Sinborminas) apresentou na última sexta-feira (10), em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte, a diretoria para o triênio 2022/2025. Na ocasião, a entidade celebrou 30 anos de atuação em defesa do setor produtivo e homenageou empresas e industriais.

Recuperação energética de resíduos pode receber aportes de mais de R\$ 40 bilhões até 2040

A recuperação energética de resíduos, tecnologia que transforma o lixo não reciclável em energia, ainda dá seus primeiros passos no Brasil, mas este cenário vai mudar. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares prevê o total de 994 megawatts (MW) de potência instalada até 2040, com investimento, público, privado ou misto, de aproximadamente R\$ 40 bilhões. Segundo Yuri Schmitke, presidente da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) (foto), atualmente há dez projetos de UREs em andamento no Brasil, que gerarão R\$ 10 bilhões em investimentos. Para 2023, especificamente, há expectativa de que sejam investidos mais de R\$ 4 bilhões em aportes nas URE Mauá (80MW), URE Caju (31MW) e URE Consimares (20MW).



Pesquisas mostram otimismo com o Carnaval no Distrito Federal

O Instituto Fecomércio-DF divulgou pesquisas que mostram a percepção dos consumidores e empresários brasileiros em relação ao Carnaval. Entre os segmentos do comércio, serviços e turismo mais impactados pelo feriado, 52,5% dos lojistas acreditam no aumento das vendas. A expectativa geral é de 23% de crescimento no consumo de produtos e serviços que englobam hospedagens, viagens, eventos, bares, restaurantes, vestuário, ambulantes, entre outros. Os gestores de hotéis confirmaram o otimismo. Segundo o levantamento, 93% dos entrevistados disseram que já existe demanda para reservas, e 84% esperam esgotar a ocupação dos leitos. Sobre aumento nos preços da hospedagem, 91% disseram que irão mantê-los. Apenas 9% confirmaram reajuste nas tarifas. O estudo apurou, ainda, que 56% da população local aprecia os festejos da data comemorativa.

Conselho da ACRJ agenda palestras sobre a Agenda 2030 para dia 3 de março

O Conselho de Governança, Compliance e Diversidade da Associação Comercial do Rio de Janeiro agendou para o próximo dia 3, às 10h, três palestras sobre a Agenda 2030. Serão debatidos temas como: Metaverso, Investimentos ESG e Governança Hídrica. O presidente do Conselho, Humberto Mota Filho, convidou os especialistas Paulo Milet, que preside o Conselho Empresarial de Educação da Associação Comercial; o professor da Fundação Dom Cabral, Carlos Braga; e o fundador da Waterlog Technologies, Fernando Pecoraro.

Encontro na Fiesp debate geração de empregos de qualidade

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou na segunda-feira da reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a convite do presidente da entidade, Josué Gomes da Silva. A pauta do encontro com presidentes de sindicatos e conselheiros da entidade foi norteada pelo debate sobre geração de empregos. O presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Rafael Cervone, também acompanhou a reunião.



REFERENDO

Sturgeon renuncia após oito anos como primeira-ministra da Escócia

O pedido de demissão veio depois de alguns reveses, como o de não conseguir convocar um novo referendo sobre a separação do Reino Unido

A primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, renunciou ao cargo na quarta-feira, 15, após oito anos no poder, nos quais também ocupou o posto líder do Partido Nacional Escocês (SNP), principal partido pró-independência do país. O pedido de demissão, que pegou analistas de surpresa, vem após alguns reveses, tanto por não conseguir convocar um novo referendo sobre a separação do Reino Unido, quanto por algumas decisões polémicas envolvendo questões de gênero nas últimas semanas. Ela permanece no cargo até que um substituto seja escolhido.

"Essa decisão vem de uma avaliação mais profunda e de longo prazo. Sei que pode parecer repentino, mas tenho lutado contra isso, embora com níveis oscilantes de intensidade, há algumas semanas. Essencialmente, tenho tentado responder a duas perguntas. Continuar é certo para mim? E, mais importante, estou fazendo o bem pelo país, pelo meu partido e pela causa da independência a que dediquei a minha vida?", disse Sturgeon durante uma coletiva de imprensa no Bute House, em Edimburgo.

"Se a única pergunta fosse 'posso lutar por mais alguns meses?', então a resposta é sim, claro que posso. Mas se a pergunta for, 'posso dar a este trabalho tudo o que ele exige e merece por mais um ano, sem falar no restante desta legislatura - dar a ele toda a energia que ele precisa da maneira que me esforcei para fazer cada dia nos últimos oito anos?' - a resposta honestamente é diferente", completou.

No pronunciamento, a premiê disse ter "o melhor emprego do mundo", mas justificou a

renúncia com a necessidade de renovação na política nacional, inclusive para avançar com pausas que ela mesma apoia, como a independência da Escócia. Sturgeon também disse que a renúncia poderia ser uma oportunidade para despolarizar o debate político no país.

"Se todos os partidos aproveitassem a oportunidade para despolarizar um pouco o debate público, focar mais nas questões do que nas personalidades, e redefinir o tom e o teor do nosso discurso, então esta decisão, certa para mim, e acredito que meu partido e o país, também pode ser bom para a política", afirmou.

Sturgeon assumiu a liderança do SNP e do governo escocês após a renúncia de seu predecessor e mentor Alex Salmond, em 2014, depois que os escoceses votaram 55% para permanecer no Reino Unido - uma votação realizada antes do Brexit, o que motivou a luta por um novo referendo. Ao apresentar a renúncia, ela defendeu que a independência continue a ser um objetivo, mas que deve ser proposta por um novo líder.

"Para conseguir isso a independência da Escócia, devemos superar a divisão na política escocesa, e meu julgamento agora é que um novo líder seria mais capaz de fazer isso. Alguém de quem a opinião de quase todo mundo no país ainda não está decidida, para o bem ou para o mal. Alguém que não está sujeito às mesmas opiniões polarizadas, justas ou injustas, como eu agora", disse Sturgeon.

Com elevadíssimos índices de popularidade pela gestão bem-sucedida da pandemia de covid-19, que contrastava com as políticas caóticas do primeiro-ministro britânico Boris Johnson, Sturgeon acumulou sucessos eleitorais e obteve



Sturgeon: "se a única pergunta fosse posso lutar por mais alguns meses?, então a resposta é sim, claro que posso"

uma nova maioria pró-independência no Parlamento regional juntamente com ambientalistas em maio de 2021.

Mas foi enfraquecida pela aprovação, em dezembro passado, de uma lei altamente polémica que facilita a transição de gênero, permitindo-a a partir dos 16 anos e sem a necessidade de diagnóstico médico, o que fez com que o governo do Reino Unido, liderado pelo conservador Rishi Sunak, entrasse

em rota de colisão para se opor a medida.

Em meio à polémica, uma decisão envolvendo uma mulher trans condenada pelo estupro de mulheres antes de sua transição colocou ainda mais holofotes sobre as questões de gênero no país. Inicialmente, a detenta foi enviada a uma prisão feminina, decisão que foi revertida após fortes reações sociais.

Nascida na cidade industrial de Irvine, a sudoeste de Glasgow e filha de pai eletricitista e mãe enfermeira, Sturgeon ingressou no SNP aos 16 anos, como vice-coordenadora da juventude. Peter Murrell, seu marido, é o diretor-geral do partido. O casal, que não tem filhos, se conheceu há mais de 20 anos em um encontro da juventude do SNP, do qual Sturgeon se tornou uma das primeiras representantes no Parlamento Escocês de Autogoverno quando este foi formado em 1999.

DÉFICIT

Produção industrial da zona do euro recuou 1,1%

A produção industrial da zona do euro caiu 1,1% em dezembro ante novembro de 2022, segundo dados com ajustes sazonais publicados na quarta-feira, 15, pela agência oficial de estatísticas da União Europeia, a Eurostat. O resultado ficou abaixo da expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam queda de 0,6% na produção de dezembro.

Na comparação anual, a produção industrial do bloco sofreu contração de 1,7% em dezembro, maior do que o declínio de 0,7% previsto no consenso do WSJ. A Eurostat também revisou os dados da produção industrial de novembro, para alta mensal de 1,4% e ganho anual de 2,8%. Em 2022 como um todo, a produção industrial da zona do euro teve expansão média de 0,9% ante o ano anterior.

A zona do euro apresentou déficit em sua balança comercial de 18,1 bilhões de euros em dezembro de 2022. Em novembro, a balança havia mostrado saldo negativo menor, de 14,4 bilhões de euros.

Na comparação mensal, as exportações do bloco caíram 4,6% em dezembro, enquanto as importações recuaram 2,9%, também considerando-se ajustes sazonais. No resultado sem ajustes, a zona do euro teve déficit comercial de 8,8 bilhões de euros em dezembro, igual do mesmo mês de 2021, informou a Eurostat.

Em todo o ano de 2022, a zona do euro acumulou déficit comercial recorde de 314,7 bilhões de euros, revertendo um superávit de 116,4 bilhões de euros registrado em 2021, à medida que as importações avançaram 37,5% e as exportações subiram 18%.

A inflação ao consumidor (CPI) do Reino Unido desacelerou pelo terceiro mês consecutivo em janeiro, depois de ter renovado máxima em 41 anos em outubro do ano passado. Dados do ONS, como é conhecido o órgão de estatísticas do país, mostram que a taxa anual do CPI britânico ficou em 10,1% em janeiro, perdendo força em relação ao nível de 10,5% de dezembro. Em outubro, o CPI anual havia atingido 11,1%, patamar mais alto desde outubro de 1981.

O resultado de janeiro ficou abaixo da previsão de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, que previam taxa de 10,3%. Na comparação mensal, o CPI do Reino Unido caiu 0,6% em janeiro. Neste caso, a projeção no levantamento do WSJ era de queda de 0,3%. O núcleo do CPI britânico, que desconsidera preços de energia e alimentos, recuou 0,9% em janeiro ante dezembro. Já no confronto anual, o núcleo do CPI teve alta de 5,8% no último mês.

Os mercados acionários da Europa fecharam na quarta-feira, 15, em alta, após a desaceleração da inflação no Reino Unido ampliar as perspectivas para o fim do ciclo de aperto monetário do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês). O cenário ajudou o principal índice da Bolsa de Londres a atingir a marca de 8 mil pontos pela primeira vez.

Em Londres, o FTSE 100, subiu 0,55% a 7.997,83 pontos, enquanto o índice DAX, em Frankfurt, seguiu o movimento e fechou em alta de 0,82%, a 15.506,34 pontos. O CAC 40, em Paris, avançou 1,21%, a 7.300,86 pontos, e o FTSE MIB, em Milão, fechou em alta de 0,13%, a 27.533,69 pontos. Já em Madri, o índice Ibex 35 subiu 0,38%, a 9.298,00 pontos.

Na capital britânica, investidores interpretaram a desaceleração do índice de preços ao consumidor (CPI) do Reino Unido em janeiro como um sinal de que o fim do aperto monetário do BoE está mais perto.

SUPERLOTAÇÃO

Um terço dos detentos na Europa já sofre com doenças mentais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou um estudo que aponta que um terço, ou cerca de 32,8%, dos cidadãos presos na Europa sofrem com doenças mentais. O lançamento ocorreu na capital portuguesa Lisboa, nesta quarta-feira, e recebeu apoio do governo.

O relatório sobre saúde prisional na Europa destaca que este é o principal problema de saúde no sistema carcerário. Segundo a OMS, o número pode ser maior, já que menos da metade dos 36 países avaliados possuem dados.

O levantamento da OMS revela que a causa mais comum de morte nas prisões foi o suicídio, com uma taxa muito maior do que na sociedade em geral.

Ainda segundo o estudo, apenas metade dos Estados-membros garantem acesso aos serviços de saúde às pessoas que saem da prisão.

Apesquisa aponta que, em 2020, mais de 613 mil pessoas foram encarceradas nos países pesquisados. O número inclui indivíduos não sentenciados ou condenados.

Além disso, um quinto dos países avaliados comunicou superlotação. Para a OMS, isso

pode levar a consequências negativas para a saúde.

O relatório sugere relaxamento de prisão para delitos que não apresentem um alto risco para a sociedade e para os quais existam medidas mais eficazes, como o tratamento de transtornos relacionados ao uso de drogas.

Além da superlotação, o estudo aponta para outras falhas em serviços preventivos de saúde, como o acesso à vacinação. Já a prevenção a Covid-19 foi bem avaliada, com imunizantes oferecidos universalmente e o isolamento dos casos de infecção na maioria das prisões.

A ministra da justiça de Portugal, Catarina Sarmento e Castro, afirmou que sua pasta está atenta às condições de vida dos presos e, ao lado do Ministério da Saúde, quer assegurar o direito à saúde e dignidade.

Em Portugal, a taxa de psiquiatras trabalhando nas prisões é maior do que a média da região. No entanto, as taxas de suicídio são relativamente altas em comparação com o resto da população.

Em 2020, Portugal teve o quarto menor número de



A causa mais comum de morte nas prisões foi o suicídio

Europa de novas entradas na prisão, em grande parte como resultado de medidas de resposta para prevenir ou controlar a pandemia.

Segundo os dados, a ocupação prisional caiu de 114% para 91% no período avaliado. Com isso, o total de presos diminuiu 28% no ápice da crise de Covid.

Na maioria das prisões, os históricos de saúde ainda não são digitalizados, tornando a obtenção de dados para o planejamento da política nacional de saúde extremamente difícil. As conclusões apontam que

isso também afeta a continuidade dos cuidados quando as pessoas entram ou saem da prisão.

A conselheira regional da OMS para álcool, drogas ilícitas e saúde prisional, Carina Ferreira-Borges, disse que apoiar pessoas libertadas da prisão para se reintegrarem na comunidade e acessar serviços de saúde pode reduzir a probabilidade de reincidência.

Ela avalia que a questão da superlotação nas prisões é um lembrete importante da dependência excessiva do encarceramento e da necessidade de

alternativas.

A conselheira afirma que o relatório destaca o valor de uma abordagem focada na saúde e nos direitos humanos ao lidar com os infratores, fornecendo informações importantes sobre as etapas específicas que podem ser tomadas para melhorar nossos sistemas, para os presos e para toda a sociedade.

Criado em 2016 para abordar a lacuna de informações sobre saúde prisional na região, o banco de dados europeu de saúde nas prisões da OMS identifica áreas que precisam de atenção.

O recurso também monitora a saúde das pessoas presas com vistas à avaliação dos sistemas de saúde das instituições, alimentando os serviços de saúde em geral.

O diretor regional da OMS na Europa afirmou que quando as prisões são excluídas do sistema geral de saúde, as comunidades locais podem ser as mais atingidas. A agência da ONU defende o envolvimento dos Ministérios da Saúde na prestação de cuidados de saúde nas prisões europeias.

O Escritório Regional da OMS na Europa trabalha com a saúde prisional desde 1995, estabelecendo o único programa mundial de saúde nas prisões, que visa monitorar e fornecer evidências para informar o desenvolvimento de políticas e estruturas legislativas relacionadas.

MELHORIA SOCIAL

Lula anunciará o relançamento do Bolsa Família na próxima semana

O presidente admitiu que vai precisar do apoio do Congresso para aprovar os projetos de interesse do País e afirmou que vai começar a fazer a roda gigante da economia girar

Em visita às obras de duplicação da BR-101, em Maruim, Sergipe, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou na quarta-feira, 15, que o governo federal vai relançar o Bolsa Família na semana que vem. Hoje "Auxílio Brasil", nome conferido na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, o programa social será rebatizado de Bolsa Família, marca das gestões petistas, com benefício mínimo de R\$ 600 e adicional de R\$ 150 por criança de até seis anos de idade. Os valores foram prometidos por Lula ao longo da campanha eleitoral.

O governo federal deverá editar uma Medida Provisória (MP) para dar início ao novo Bolsa Família e conta com aprovação do texto no Congresso - ou seja, conversão em lei - sem dificuldades. Ainda assim, o presidente afirmou na quarta que vai precisar dos parlamentares para aprovar os projetos de interesse do Palácio do Planalto. "Vou precisar de todos os deputados para fazer as mudanças que temos de fazer", declarou.

No discurso em Maruim, Lula voltou a dizer que vai "começar a fazer a roda gigante da economia girar" com a retomada de obras. "Em quatro anos, vamos fazer muito mais do que o 'coiso' que saiu agora e não teve nem coragem de me colocar a faixa presidencial. Foi embora antes de medo, porque sabia que nós iríamos trabalhar", afirmou o petista, em referência ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

No terceiro mandato à frente do País, Lula afirmou ainda que o ministro dos Transportes, Renan Filho, é o melhor ministro da área que ele já teve em sua equipe. Renan Filho foi governador de Alagoas e é filho do senador Renan Calheiros (MDB-AL), outro aliado de Lula e arquirrival do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A obra da BR-101, que estava paralisada, foi retomada em janeiro a partir de recursos viabilizados pela PEC da Transição. A medida ampliou em R\$ 18,8 bilhões o orçamento do Ministério dos Transportes para intensificar obras em rodovias e ferrovias do país.

Durante seu discurso, Lula agradeceu a deputados e senadores que votaram a favor da proposta e permitiram a retomada de obras. "A aprovação da PEC é a razão pela qual estou aqui hoje (quarta-feira) dizendo para vocês: o Brasil voltou a funcionar, o Brasil voltou a trabalhar. Vou precisar de todos os deputados para fazer as mudanças que precisamos para o país", disse.

"Daqui da cidade de Maruim, eu estou anunciando que mais de 14 mil obras que ficaram paralisadas no país nos últimos seis anos, essas obras vão voltar a funcionar, porque o Brasil precisa crescer, gerar emprego, renda, consumo, gerar educação, melhoria da qualidade de vida das pessoas", completou Lula.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, explicou que o objetivo é entregar todos os trechos de obras da BR-101, que é fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, até o fim do governo Lula. Segundo ele, a visita de Lula a essa obra simboliza a retomada de mais de 100 obras rodoviárias, de mesma proporção, no país.

"Temos 453 contratos no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), no Ministério dos Transportes, que estavam ou para-



Lula: "vamos fazer muito mais do que o 'coiso' que saiu agora e não teve nem coragem de me colocar a faixa presidencial. Foi embora antes de medo, porque sabia que nós iríamos trabalhar"

COMÉRCIO

Alckmin diz que baixar juros é importante para atrair investimentos e crescimento

Em meio à pressão do PT sobre o Banco Central para a redução da taxa Selic, hoje em 13,75%, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, da ala moderada do governo, afirmou na quarta-feira, 15, que reduzir os juros no País é "muito importante" para atrair investimentos e fazer a economia crescer.

"O Brasil, que estava isolado, passa a ser um protagonista importantíssimo na economia mundial. América Latina, Estados Unidos, China, União Europeia, África. Nós temos 2% do PIB do mundo, 98% do comércio está fora do Brasil. Temos que aproveitar todas as oportunidades para gerar emprego, para fazer crescer a economia e baixar os juros. Isso é muito importante para poder atrair mais investimentos e a economia crescer mais", afirmou Alckmin no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores.

A declaração foi feita à imprensa após reunião preparatória para a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, marcada para março. Alckmin se reuniu com representantes da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

"A China é o maior parceiro comercial do Brasil, 150 bilhões de dólares e pretendemos fazer crescer ainda mais", afirmou o vice-presidente. "A

meta é atrair mais investimentos", acrescentou, sobre a relação bilateral sino-americana.

Alckmin declarou ainda que não tem informações sobre a intenção do governo federal de indicar a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) para a presidência do Banco dos Brics.

Alckmin afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca, na ampliação das relações comerciais com outros países, aumentar seu protagonismo na economia mundial. De acordo com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a estratégia para atingir esse objetivo será o foco tanto em comércio regional como em tratados bilaterais.

Após coordenar a reunião da Cosban, Alckmin disse que o Brasil "tem de aproveitar todas as oportunidades para gerar emprego, fazer a economia crescer e baixar os juros".

Essas oportunidades, segundo ele, estão na ampliação do comércio com outros países. "Não tenham dúvidas de que o presidente Lula vai reinserir o Brasil no comércio mundial, e isso vai trazer muitas oportunidades".

Alckmin voltou a falar sobre a necessidade de valorizar o Mercosul, e lembrou que em diversos blocos regionais, a maior parte do comércio é praticada internamente, entre os países associados.

"Se pegar EUA, México e Canadá,

mais de 60% do comércio é praticado ali mesmo, mas quando você vem para a América Latina, é menos de 30%. Então a primeira tarefa é fortalecer o comércio regional, porque o mundo, embora seja globalizado, é fortemente intrarregional. Precisamos fortalecer aqui as relações de comércio e aproveitar todas as oportunidades de termos entendimentos entre Mercosul e EUA ou China".

A "outra tarefa" citada por ele é a de avançar com os tratados bilaterais. "O que está mais adiantado é o Mercosul-União Europeia, mas não há dúvida de que há muitas oportunidades de termos entendimentos entre Mercosul e EUA ou China".

Ao deixar o Itamaraty, Alckmin se dirigiu aos jornalistas para falar de duas recentes conquistas brasileiras que contribuem para ampliar as relações comerciais com o exterior. A primeira foi o fato de os EUA terem retirado o Brasil da "lista antidumping" para placas de aço carbono, uma liga metálica bastante usada na indústria automobilística; de eletrodomésticos; e pela construção civil.

A outra, foi a desburocratização de um procedimento para a exportação de carne de frango. "Antes, para exportar esse produto tínhamos de fazer uma emissão de certificado em papel que era emitido pelo Banco do Brasil a um custo de R\$ 160 cada. Só no ano passado foram feitas 14,5 mil emissões. Essas licenças passam

agora a ser feitas de forma digital e a custo zero. Ganha tempo, desburocratiza, tira papel e reduz custos. Tudo para facilitar a vida do empreendedor".

A Cosban, reunião da qual Alckmin participou no Itamaraty, foi criada em 2004 durante o primeiro governo Lula. Trata-se, segundo Alckmin, de "uma comissão de alto nível para relação Brasil - China, que é o nosso maior parceiro comercial".

O comércio bilateral entre os dois países é de US\$ 150 bilhões, com um superávit, para o lado brasileiro, de US\$ 28 bilhões. "Há US\$ 70 bilhões em investimentos da China no Brasil", disse o vice-presidente que acredita no aumento desse valor.

"Há muitas possibilidades em energias renováveis, hidrogênio verde, infraestrutura, no complexo da saúde; nas áreas aeroespaciais; de educação, ciência e tecnologia; agricultura; indústria e turismo. Não tem uma área onde não pode ser implementado um aumento e a diversificação do comércio bilateral", acrescentou.

Perguntado sobre as manifestações do presidente Lula, no sentido de evitar que o Brasil venda munições para a Alemanha, para ajudar a Ucrânia na guerra contra a Rússia, Alckmin disse concordar com Lula: "precisamos promover a paz".

"O Brasil tem histórico de trabalhar pela paz, e Lula pode fazer a diferença", complementou.

lisados ou recebendo menos recursos do que a necessidade que as obras tinham para andar no ritmo que as pessoas esperam", disse Renan Filho.

Após visita ao canteiro de obras e cerimônia alusiva à visita, Lula participou de reunião-almoço com o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, e a bancada do estado no Congresso Nacional. A previsão é que a comitiva retorne a Brasília no fim da tarde.

"O Brasil não para mais. Vão

ser quatro anos que vão valer por 40, de tanto que a gente vai trabalhar", afirmou. A máxima "40 anos em 4" foi utilizada em momentos da última campanha eleitoral e faz alusão ao lema "50 anos em 5", slogan que elegeu Juscelino Kubitschek presidente da República em 1955. O Plano de Metas de JK previa grandes investimentos na infraestrutura nacional e se desdobrou, inclusive, na construção de Brasília e na transferência da capital para o

interior do Brasil.

Sob o sol do Nordeste, Lula fez a visita às obras utilizando um boné do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ele estava acompanhado pelos ministros Renan Filho (Transportes), Rui Costa (Casa Civil), Márcio Macêdo (Secretaria-geral da Presidência) e Wellington Dias (Desenvolvimento Social).

Em rápida conversa com a imprensa, Lula voltou a dizer que vai andar pelo País anun-

ciando obras de infraestrutura, saneamento básico e habitação. Na terça-feira, o presidente esteve em Santo Amaro, na Bahia, para o relançamento do programa Minha Casa, Minha Vida.

Lula agradeceu ao Congresso Nacional pela aprovação da chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição, que abriu espaço fiscal de R\$ 198 bilhões no orçamento deste ano. E brincou que, se faltar verba para con-

cluir as obras paradas, o senador Rogério Carvalho (PT-SE), presente à visita, vai aprová-la no Senado.

Ao longo da visita, Lula afirmou ainda que o governo estuda "com carinho" como colocar em funcionamento o Canal do Xingó, em Sergipe, para garantir o abastecimento de água. "O ministro Waldez (Goés, da Integração Nacional) já preparou toda a parte técnica do canal do Xingó", acrescentou Macêdo.

IMAGENS

Fux envia pedido para investigar Bolsonaro

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), enviou à Justiça Eleitoral do Distrito Federal o pedido da Polícia Federal sobre a abertura de inquérito contra o ex-presidente Jair Bolsonaro por suposto uso indevido de imagens de crianças e adolescentes em campanha política e em situações que incitaria o uso de armas.

Fux determinou o envio da ação para outra instância da Justiça pelo fato de que Jair Bolsonaro perdeu o foro privilegiado, em razão do fim do mandato como presidente da República. Desta forma, como o processo não está em fase de julgamento, o STF deixa de ser a instância competente para analisar o caso.

“Considerado o fim do mandato presidencial do suposto ofensor, resta afastada a hipótese constitucional de competência originária desta Corte”, diz o ministro.

Na semana passada, a ministra Cármen Lúcia já havia remetido cinco processos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Distrito Federal, com o mesmo argumento.

As ações, apresentadas por parlamentares e entidade da sociedade civil, pedem a investigação de Bolsonaro por declarações de ameaça ao Poder Judiciário e de promoção de uma ruptura institucional no país durante as comemorações do 7 de setembro.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos, aberta pela Câmara Distrital do Distrito Federal, aprovou a convocação do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, para prestar depoimento. Ele também é investigado pelo STF e está preso preventivamente desde 14 de janeiro.

Além da oitiva, foi aprovada a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do ex-ministro e de Antônio Cláudio Alves, acusado de quebrar um relógio trazido por Dom João VI em 1808 para o Brasil. De acordo com o presidente da CPI, Chico Vigilante (PT-DF), as solicitações para quebra dos sigilos já foram encaminhadas, mas ainda não há data para o depoimento de Torres.

O principal foco da investigação da Câmara Distrital, de acordo com Vigilante, é a ida do ex-ministro para os EUA, na mesma cidade em que está Jair Bolsonaro (PL). “Ele tinha que estar aqui de plantão.” O parlamentar não crê no comparecimento espontâneo de Torres. “Estamos convocando ele para depor, pela primeira vez, mas talvez a gente não vá se limitar a um único convite.”

Apesar de Torres não estar mais no exercício de nenhum cargo vinculado ao Distrito Federal, as investigações da CPI têm acesso a recursos que estão no mesmo patamar da investigação policial e judicial. O relatório final dos parlamentares pode instruir outras apurações que estão sendo conduzidas sobre os atos do dia 8 de janeiro.

Torres é investigado pelo STF por causa dos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Dois dias depois dos atos, em 10 de janeiro, a Polícia Federal cumpriu um mandado de busca e apreensão na casa do ex-ministro e encontrou uma “minuta do golpe”. O texto, que não chegou a ser publicado como decreto, previa estado de sítio na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o que poderia mudar o resultado da eleição. A reportagem entrou em contato com a defesa de Torres, mas não obteve retorno até a publicação deste texto.

DIVISÃO

Lupion defende que Conab permaneça na Agricultura

O deputado disse que a Conab, que é o órgão pensador do agro brasileiro, tem que estar próxima do ministro da Agricultura

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (PP-PR), voltou a defender a permanência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Ministério da Agricultura. “Nos preocupa órgãos importantes que estavam dentro do Ministério da Agricultura e que deveriam estar lá. A Conab, que é o órgão pensador do agro brasileiro, que faz os planejamentos, que vê o tamanho da safra, quanto vamos precisar de seguro, tem de estar próxima do ministro da Agricultura e da equipe do ministério. Não há lógica nessa divisão”, disse Lupion em coletiva de imprensa, se referindo ao fato de a gestão da Conab passar a ser responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar no governo Lula.

“Por uma questão técnica e não ideológica, o CAR não tem de estar no Ministério do Meio Ambiente. O CAR é uma exigência do Código Florestal aos produtores rurais e por conhecermos a produção agrícola e sabermos onde está o CAR deveria ficar na Agricultura”, afirmou Lupion.

O deputado criticou também a transferência da agricultura familiar e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para o MDA. Mas na coletiva sinalizou que a bancada não deverá levar adiante a emenda que apresentava pedindo a extinção do MDA. “Cabe a cada governo dentro do seu planejamento organizar a Eplanada dos Ministérios da maneira como bem entender, mas não entendemos a necessidade da separação entre agricultura familiar e o agro como um todo. Não há por que tratarmos diferentemente, mas eles não serão prejudicados por estarem no MDA”, acrescentou Lupion.

Sobre o Incra, o presidente da frente esclareceu que a bancada não deseja o retorno



Lupion: “o CAR é uma exigência do Código Florestal aos produtores rurais”

do instituto à Agricultura, mas defende que o organismo continue concedendo títulos de terras como era no governo Bolsonaro. “Queremos que os mais de 400 mil títulos de propriedades que foram emitidos pela reforma agrária não sejam tratados como papel de pão, como disse o ministro do MDA. Precisamos dar o mínimo de garantia aos produtores que receberam os títulos”, continuou.

Também presente na coletiva, a senadora e ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP-MS), coordenadora política da frente no Senado, corroborou a defesa de que a Conab não saia do Ministério da Agricultura. “O Ministério da Agricultura precisa desses números

para dar credibilidade à nossa safra e às nossas estimativas. Temos uma agência pronta para sair do papel para termos inteligência estratégica do agronegócio vinculada à Agricultura. Acha-mos que o melhor lugar seria a Conab de volta à Agricultura e vamos sugerir isso ao governo”, afirmou a senadora.

Estes pontos, segundo o presidente da bancada ruralista, buscarão ser revertidos pela frente durante a discussão da Medida Provisória 1154/2023 de reestruturação do governo, que passará pelo Congresso. “São temas que nos deixam preocupados e que vamos trabalhar com o Congresso, porque entendemos que estes pontos estão errados. Vamos negociar todas as emen-

das, abrindo mão de algumas e acatando outras”, acrescentou o presidente da frente. Conforme Lupion, ainda não há expectativa de tramitação da medida provisória para votação em plenário e nem a definição dos relatores. “Ainda há discussão entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (União-MG), sobre como será o rito de tramitação dessas medidas provisórias e se haverá comissões especiais para discussão da MP”, concluiu Lupion.

Lupion disse que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) garantiu que retomará as linhas de crédito agropecuário com mais recursos nos próximos dias. “Questionamos o BNDES sobre os motivos da suspensão de 11 linhas de crédito agropecuário. Houve resposta do presidente (do BNDES, Aloizio Mercadante) dizendo que os recursos foram contratados de forma muito rápida e com a promessa de que as linhas serão retomadas com mais recursos nos próximos dias”, afirmou.

“Eles disseram que eram recursos remanescentes, mas não explicaram de onde vieram os recursos e nem de onde virão os novos recursos. Aguardo explicação técnica aos órgãos que enviamos com esses questionamentos”, acrescentou.

Segundo ele, a expectativa da bancada ruralista é a de que as linhas sejam retomadas. “A suspensão gera uma preocupação enorme no setor, em um momento difícil para o setor, especialmente no Sul, em que precisamos ter acesso ao crédito. Esperamos que o produtor rural não seja prejudicado, que o BNDES retome as linhas de financiamento, assim como todo o planejamento do Plano Safra”, afirmou Lupion.

A manifestação de Lupion ocorre em meio à propagação, por parlamentares ruralistas, da informação de que o governo havia fechado as linhas do BNDES e da negativa do governo de que tenha encerrado o financiamento agropecuário por meio do BNDES.

REFORMA

Dino diz que CPI sobre atos poderia causar perda de foco

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou na quarta-feira, 15, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os atos ocorridos no dia oito de janeiro seria redundante e poderia resultar em perda de foco da Reforma Tributária no Congresso Nacional. “Talvez resultasse na perda de foco do principal que é a Reforma Tributária, estratégica para o momento que o Brasil vive”, afirmou o ministro ao chegar a evento CEO Conference, do BTG Pactual.

Dino ressaltou, porém, que a CPI é uma prerrogativa do Parlamento e que o governo respeita a autonomia da instituição. “Fazemos apenas a ponderação de que as investigações feitas hoje pela Polícia Federal, sob supervisão do Ministério Público e atendendo às decisões do Poder Judiciário, atendem plenamente ao objetivo das investigações e ao esclarecimento das autoridades dos crimes perpetrados em janeiro”, disse.

Flávio Dino também afirmou esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF) considere constitucional o decreto do presidente Lula sobre armas. “Quando dialogamos com a AGU foi nessa expectativa de confirmação desse novo marco normativo”, disse.

Dino declarou que o governo confia que o decreto está de acordo com a lei e que, portanto, permitirá superação de situações anteriores que eram “abusivas e ilegais”. O ministro também pontuou que, nas palavras dele, o armamentismo, além de ilegal, conduziu à sustentação de quadrilhas e organizações criminosas.

CARTA

Sede da OAB-RJ é esvaziada após ameaça de bomba

O prédio onde funciona a sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ), no centro da capital fluminense, foi esvaziado às pressas por volta do meio-dia de quarta-feira, após serem encontradas duas cartas anônimas afirmando que uma bomba explodiria dentro do imóvel. O Esquadrão Antibombas da Polícia Civil foi acionado, iniciou uma varredura pelo prédio e, até a publicação desta reportagem, não havia encontrado nenhum artefato explosivo.

A carta afirma que “uma bomba foi instalada no edifício (...) e está programada para explodir neste dia 15. (...) Os efeitos serão catastróficos”. Segundo a mensagem, seria o início de uma série de atentados “em diversos órgãos” para “acabar com essa política idiota de exclusão nepotismo vantagens pessoais anuidades caras vaidade absurda reacionarismo barato de uma burguesia hipócrita que se preocupa somente com a indicação pelo quinto constitucional” (sic).

O quinto constitucional está previsto no artigo 94 da Constituição brasileira e determina que um quinto das vagas de determinados tribunais do País seja preenchido por advogados e membros do Ministério Público, e não por juízes de carreira.

O texto segue: “O poder a todo o custo (sic) tem seu preço. A OAB pagará preço caro por adotar essa política de manter em seus quadros a direita extremista misógina (sic) homofóbica racista”. E conclui: “Esvaziam o prédio porque os efeitos serão impactantes. Muitos serão feridos ou perderão suas vidas.”

ATRASO

Secretária de Tarcísio cita verdadeira ciência contra a utilização de máscaras

Secretária estadual de Políticas para Mulheres, a vereadora licenciada Sonaira Fernandes (Republicanos) usou as redes sociais para combater o uso de máscaras contra covid-19. Quase três anos após o início da pandemia, a parlamentar, declaradamente bolsonarista, citou a “verdadeira ciência” para dizer que o incentivo à proteção não tem eficácia comprovada e, por isso, é um erro.

Entidades internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), no entanto, já atestaram a importância das máscaras inúmeras vezes desde 2020 e refizeram a recomendação em janeiro deste ano, dada a rápida disseminação da mais recente subvariante ômicron, nos Estados Unidos, e da subvariante XBB.1.5, na Europa.

Na publicação, a secretária menciona o envio de um ofício à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pelo presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), José Hiran da Silva Gallo, no qual são elencados dados que, segundo ele, contrariam a necessidade do uso da

proteção em aviões e aeroportos, por exemplo. Essa seria, portanto, a “verdadeira ciência” mencionada por Sonaira, que já tentou, como vereadora, derrubar o passaporte da vacina na capital e dificultar a imunização em crianças e adolescentes.

Em consonância com a proposta da secretária, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) - que se recupera da covid-19 - recluso no Palácio dos Bandeirantes - sancionou na quarta, 15, projeto que derriba a exigência de vacinação contra o vírus para ter acesso aos locais públicos e privados do Estado. A liberação inclui escolas até mesmo de ensino infantil. A partir de agora, apenas profissionais da saúde precisam manter a vacinação em dia de forma obrigatória.

Prometida durante a campanha, a medida vai na contramão dos planos do governo federal, que vem defendendo todo o esforço para ampliar a cobertura vacinal, inclusive com a obrigatoriedade para o acesso a locais públicos e para receber benefícios federais, como o Bolsa Família.

O direito ao programa social voltará a depender da imunização dos filhos dos beneficiários. Também vai contra a mobilização feita pela Prefeitura de São Paulo para atrair famílias aos postos de saúde para vacinar seus filhos. Nesta quarta, o Município realiza o “Dia D” da vacinação para menores de até cinco anos de idade em todas as unidades de saúde e até mesmo nas escolas.

O projeto sancionado por Tarcísio foi apresentado pelos deputados estaduais que compõem a bancada bolsonarista na Assembleia Legislativa. São eles: Janaína Paschoal (PSL), Altair Moraes (Republicanos), Carlos Cezar (PSB), Castello Branco (PSL), Coronel Nishikawa (PSL), Coronel Telhada (PP), Agente Federal Danilo Balas (PSL), Delegado Olim (PP), Douglas Garcia (PTB), Gil Diniz (sem partido), Leticia Aguiar (PSL), Major Mecca (PSL), Marta Costa (PSD), Valéria Bolsonaro (PRTB), Frederico d’Avila (PSL) e Tenente Nascimento (Republicanos).

Sonaira também foi às redes

NOVOS POÇOS

Prates diz que Bacia de Campos terá investimentos de US\$ 18 bilhões

O presidente da Petrobras afirmou que o Rio já é a principal base de operação da empresa, que pretende fortalecer ainda mais a relação com o estado por meio dos novos investimentos previstos para os próximos anos

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse a parlamentares da bancada do Rio de Janeiro que a Bacia de Campos continuará a ser uma referência para a empresa e receberá investimentos de US\$ 18 bilhões nos próximos cinco anos, para revitalização de diversos campos maduros, entre eles Marlim e Voador. Das 18 plataformas previstas no Plano Estratégico 2023-2027, 15 serão instaladas no Estado do Rio, disse Prates.

O encontro ocorreu, no edifício da Petrobras, em Brasília, e contou com a participação dos deputados Washington Quaquá, Dimas Gadelha, Reimont e Lindbergh Farias (PT); Glauber Braga (PSOL); Bandeira de Mello (PSB); General Pazuella, Roberto Monteiro e Luciano Vieira (PL); Juninho do Pneu e Murillo Gouveia (União Brasil).

Com os investimentos, cerca de 150 novos poços serão perfurados e vão garantir a marca de 900 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2027 na Bacia de Campos. Com campos em declínio e os desinvestimentos feitos nos últimos anos, a Bacia de Campos perdeu o protagonismo para a Bacia de Santos e atualmente produz cerca de 700 mil boed.

"O Rio de Janeiro já é a principal base de operação da empresa e vamos fortalecer ainda mais nossa relação com o estado por meio dos novos investimentos previstos para os próximos anos. Temos proje-



Prates encontrou Washington Quaquá, Dimas Gadelha, Reimont, Lindbergh Farias, Glauber Braga, Bandeira de Mello, General Pazuella, Roberto Monteiro, Luciano Vieira, Juninho do Pneu e Murillo Gouveia.

tos para a Bacia de Campos, no norte fluminense; para o Gaslub, em Itaboraí; para a Reduc, em Duque de Caxias; além da nossa sede na capital e de atividades de logística no estado. Esses investimentos têm efeito multiplicador na economia fluminense ao promover o pagamento de tributos e a movimentação da cadeia produtiva na região, envolvendo milhares de pessoas e empresas", afirmou Prates aos políticos.

Os investimentos no Rio de Janeiro também contemplam melhorias na Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), a maior produtora de lubrifican-

tes no Brasil, e iniciativas ligadas à transição energética e à produção de diesel S-10, de baixo teor de enxofre.

No Polo Gaslub, em Itaboraí, já estão em curso o Projeto Integrado Rota 3, em fase final de construção, que inclui a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural de Itaboraí (UPGN Itaboraí) para o processamento de até 21 milhões de m³/dia de gás do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos; e o projeto de engenharia para implantação de unidades de produção de combustíveis e lubrificantes em sinergia com a Reduc. Há também estudos para a cons-

trução de uma Usina Termelétrica a gás no Polo.

A Petrobras informou ainda que assinou contrato com o consórcio formado pelas empresas Alcatel Submarine Networks e Maersk, para a construção e instalação do Sistema de Monitoramento Sísmico Permanente (SMSP) do campo de Mero, na Bacia de Santos.

O projeto SMSP de Mero possui características inéditas no Brasil e incorpora o estado da arte em tecnologia de monitoramento sísmico 4D, com as quais registros sísmicos obtidos em dife-

rentes datas são empregados para acompanhar o comportamento dos reservatórios ao longo do tempo.

Os dados adquiridos com o SMSP possibilitarão aprofundar o conhecimento sobre a distribuição de fluidos no reservatório e proporcionar uma maior eficiência na produção do petróleo do campo de Mero.

O contrato firmado com o consórcio contempla a construção e instalação de 400 quilômetros de fibras ópticas, distribuídas em uma área de aproximadamente 200 km² no leito oceânico. As fibras ópticas serão conectadas ao FPSO

Septiba que, em conexão com os escritórios da Petrobras, permitirá o acesso remoto e instantâneo aos dados gerados pelo sistema de monitoramento. A instalação deste sistema terá início em 2024.

O campo unitizado de Mero é operado pela Petrobras (38,6%), em parceria com a Shell Brasil Petróleo Ltda (19,3%), TotalEnergies EP Brasil Ltda (19,3%), CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda (9,65%), CNOOC Petroleum Brasil Ltda (9,65%) e Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) (3,5%), como representante da União na área não contratada.

NOTAS FRIAS

Operação conjunta apura suposto esquema bilionário de venda de ouro

Policiais federais prenderam na quarta-feira (15), no Pará, a duas pessoas suspeitas de participar de um esquema de compra e venda de ouro extraído ilegalmente da região amazônica. Realizada em conjunto com a Receita Federal e com o Ministério Público Federal (MPF), a Operação Sisaque também resultou no bloqueio judicial de mais de R\$ 2 bilhões pertencentes aos investigados.

O nome da operação é uma alusão à história bíblica de Sisaque, rei do Egito que invadiu o reino de Judá e saqueou os tesouros do templo.

Segundo a PF, uma das três prisões cautelares autorizadas pela Justiça Federal foi feita em Belém e outra, em Santarém. Até a publicação desta reportagem, o alvo do terceiro mandado judicial de prisão preventiva não tinha sido localizado. Por impedimento legal, os nomes dos investigados não foram divulgados.

Os agentes federais cumpriram também 27 mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados. A busca por documentos e elementos que possam ajudar os investigadores ocorreu nos municípios de Belém, Santarém e Itaituba, no Pará, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Manaus, São Paulo, Tatuí e



A PF disse que a suposta organização criminosa agia principalmente na região de Itaituba, fraudando notas fiscais para regularizar o ouro extraído de garimpos ilegais.

Campinas, em São Paulo, Sinop, em Mato Grosso, e Boa Vista. Mais de 100 policiais federais, além de cinco auditores fiscais e três analistas da Receita Federal participam da Opera-

ção Sisaque. Segundo a PF, a suposta organização criminosa agia principalmente na região de Itaituba, fraudando notas fiscais para regularizar o ouro extraído de garimpos ilegais.

O esquema vem sendo investigado desde 2021, quando a Receita Federal identificou inconsistências na emissão de notas fiscais. "Os termos de constatação elabo-

rados pela Receita demonstraram que havia uma organização criminosa. Empresas menores emitiam notas fiscais para dar uma aparente legalidade ao ouro ilícito que

recebiam e que repassavam a empresas maiores. E todo o esquema criminoso culminava em uma única empresa exportadora", afirmou o delegado federal Vinícius Serpa, responsável pelas investigações.

Segundo a PF, existem indícios de que, só entre o início de 2020 e o fim de 2022, a emissão de notas fiscais eletrônicas fraudulentas superaram R\$ 4 bilhões, correspondendo a aproximadamente 13 toneladas de ouro ilícito, que era, então, exportado para outros países, por meio, principalmente, de uma empresa com sede nos Estados Unidos. Ainda de acordo com a PF, essa empresa, cujo nome não foi informado, criava estoques fictícios para, assim, dar aparente legalidade à "enorme quantidade do minério" vendida clandestinamente a empresas de Dubai, da Itália, da Suíça, de Hong Kong e dos Emirados Árabes Unidos, entre outros países.

Os investigados poderão responder, na medida de suas responsabilidades, pelos crimes de adquirir e comercializar ouro obtido ilegalmente; pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem autorização; lavagem de capitais e organização criminosa.

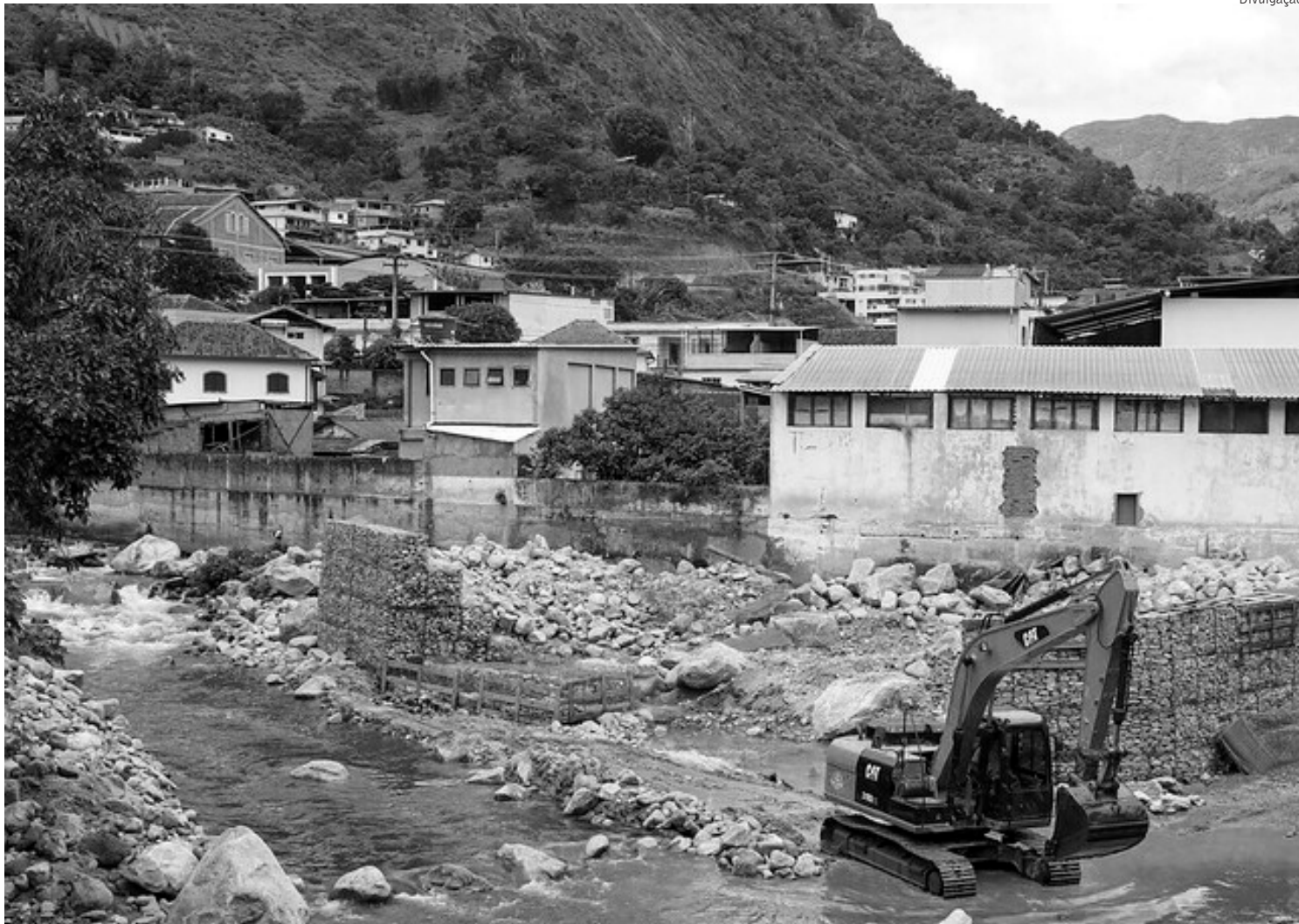
A Justiça Federal bloqueou mais de R\$ 2 bilhões de investigados por suposto contrabando de ouro extraído de garimpos ilegais da região Amazônica.

Nos 15 primeiros dias do mês, a Polícia Federal já realizou pelo menos cinco operações de combate ao garimpo ilegal e extração de ouro da floresta.

INFRAESTRUTURA

Estado segue trabalho de revitalização em Petrópolis

Governo estadual investiu R\$ 700 milhões na reconstrução da cidade que foi arrasada por fortes temporais em fevereiro do ano passado



Divulgação

As obras e programas estaduais garantiram o retorno à normalidade e a esperança de dias melhores para a população atingida na cidade de Petrópolis, na Serra do RJ.

Um ano após o temporal que atingiu Petrópolis em 2022, o ambiente de retomada pode ser visto por todo o município. O Governo do Estado investiu R\$ 700 milhões na reconstrução da cidade, além de revitalizar e construir novas estruturas. As obras e programas estaduais garantiram o retorno à normalidade e a esperança de dias melhores para a população atingida.

No caso de obras de infraestrutura, foram destinados R\$ 255 milhões para contenção de encostas na Avenida Portugal, avanços nas complexas obras do túnel extravasador do Rio Palatinato, recuperação da importante Avenida Washington Luiz, reforços feitos na Rua Teresa, contenção e drenagem na Rua Pedro Ivo, bem como a colocação de feragens nos pontos de instalação dos tirantes na Rua Conde D'Eu e Olavo Bilac.

"O que aconteceu em Petrópolis marcou a vida de todos que estiveram no município para atender às emergências. Desde as primeiras horas quando chegamos ao município (no dia da tragédia), sabíamos que, além de proteger a vida das pessoas, era preciso ter uma resposta muito contundente para dar à cidade a capacidade de seguir funcionando após o desastre natural. Determinei que nossas secretarias e órgãos agissem da maneira mais rápida e objetiva possível para que as pessoas pudessem ter a tranquilidade de ir e vir restabelecida o quanto antes", afirmou o governador Cláudio Castro.

Além das ações atualmente coordenadas pela Secretaria Estadual de Infraestrutura e Cidades, programas do Governo foram fundamentais para a retomada econômica. Mais de 21 mil pessoas foram beneficiadas com o Aluguel Social no último ano, um investimento de R\$ 17,5 milhões do Estado. Esta foi uma das principais medidas adotadas para famílias que perderam suas casas ou tiveram a residência interditada. O valor do benefício foi fixado em R\$ 1 mil, sendo R\$ 800 pagos pela administração estadual e R\$ 200 pela prefeitura.

O Cartão Recomeçar, com

o valor de R\$ 3 mil para débito, foi entregue à população de baixa renda que ficou desabrigada ou desalojada. O auxílio foi usado principalmente para a compra de móveis e eletrodomésticos novos.

Originalmente criado para ajudar famílias a superarem as dificuldades ocasionadas pela pandemia da Covid-19, o SuperRJ passou a permitir que os moradores atingidos recebessem um auxílio, podendo acumular com outros benefícios, como o Recomeçar. Em 2022, foram investidos na Cidade Imperial mais de R\$ 54 milhões pelo SuperRJ para 31.698 beneficiários.

Outro ponto fundamental para a reconstrução econômica foi o Programa Reconstruir Petrópolis, viabilizado pela Agência Estadual de Fomento (AgeRio). A medida atendeu às demandas de 3.303 empreendedores, com um total de R\$ 207,1 milhões em financiamentos com juro zero e uma carência de 12 meses para começar a quitar seus empréstimos.

Para os moradores, os programas assistenciais representaram um alívio diante da situação de calamidade. Moradora do Alto da Serra, a confeiteira Alessandra Lima, beneficiada com o Cartão Recomeçar, usou o crédito de R\$ 3 mil para comprar material para voltar a trabalhar, equipamentos e itens para a casa, que foram perdidos com a enxurrada.

"O cartão me ajudou muito, pois sou confeiteira e precisava voltar ao trabalho, já que a gente ficou muito tempo parado. Compramos alguns materiais para trabalhar, equipamentos e coisas para a casa, pois a gente precisa recomeçar de alguma forma. Como a cidade inteira parou, muita gente ficou sem emprego. Tínhamos só a renda do meu esposo, o trabalho também deu uma parada por conta da pandemia e da tragédia. Foi um alívio", lembrou Alessandra.

As condições na cidade atingiram em cheio as preocupações de microempreendedores individuais, autônomos, informais e até empreendedores de médio porte. Leonel Ueslei Ventura Torres, proprietário da cafeteria Café Carioca, localizada no Centro de Petrópolis, contou que o crédito de R\$ 70 mil da AgeRio ajudou a

manter o sustento dos funcionários e o pagamento de fornecedores.

"Ficamos aproximadamente 60 dias sem produzir. A água devastou tudo e ficamos um período sem conseguir vender, pois as pessoas não vinham e tinham medo. O crédito nos garantiu novo

mobiliário, nova estrutura, mas sobretudo a possibilidade de manutenção do negócio, dos fornecedores também afetados. A chegada do financiamento foi fundamental porque já vínhamos com problemas desde o início da pandemia. O caminho era fechar nossos negócios e não retornar.

SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 09.266.129/0001-10 - NIRE 33.3.0028477-0

Ata da Reunião do Conselho de Administração. 1. Hora, Data e Local: Às 9 h do dia 08/02/2023, na sede social da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Cia."), na Rua Coronel Gomes Machado, nº 118, Loja 101, Centro, Niterói, RJ. **2. Convocação e Presença:** Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos Conselheiros, nos termos do art. 12 do Estatuto Social. Presentes: João Pedro Backheuser, Carlos Henrique da Cruz Lima; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Genilson Silva Melo, Ricardo Bacellar Wuerkert e Francisco Uibratan de Sousa. **3. Mesa:** Presidente: João Pedro Backheuser. Secretária: Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações pela unanimidade dos Conselheiros presentes: **4.1.** Aprovar, nos termos do art. 14º (l) e (m) do Estatuto Social da Cia., a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da F.A.B. Zona Oeste S.A." ("Escritura da 5ª Emissão"), celebrado em 19/02/2021, entre a F.A.B. Zona Oeste S.A. ("Emissora"), a Cia., a BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental") e, em conjunto com a Cia., os "Fiadores", na qualidade de fiadores, e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, para alterar (a) a data de vencimento das debêntures, de forma que as debêntures passem a vencer em 22/02/2025; e (b) as datas de pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão), de forma que a partir de 22/02/2023 (inclusive) o pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão) passe a ser realizado anualmente até a Data de Vencimento (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão), e consequentemente, (c) a prorrogação da outorga da garantia fidejussória, prestada na forma de fiança, pela Cia., em caráter irrevogável, irretroatável, em garantia do integral e pontual pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura da 5ª Emissão pelo período adicional ora deliberado até o pagamento total das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura da 5ª Emissão); **4.2.** Aprovar, nos termos do art. 14º, (l) e (m) do Estatuto Social da Cia., a celebração de aditamento ao "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da F.A.B. Zona Oeste S.A." ("Escritura da 6ª Emissão"), celebrado em 02/12/2021, entre a Emissora, a Cia. e a Águas do Brasil, na qualidade de fiadores, e o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário, para (a) alteração da data de vencimento das Debêntures da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão), de forma que as Debêntures da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão) passem a vencer em 27/02/2025; (b) alteração da Remuneração da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão), para que o spread incidente sob as Debêntures da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão) a partir de 27/02/2023 (inclusive) passe a ser 2,90% ao ano, base 252 Dias Úteis; (c) alteração das datas de pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão), de forma que a partir de 27/02/2023 (inclusive) o pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão) passe a ser realizado anualmente até a Data de Vencimento da 2ª Série (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão), sendo certo que a Remuneração da 2ª Série calculada no período compreendido entre o dia 27/11/2022 (inclusive) a 27/02/2023 (exclusive) será capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário em 27/02/2023 e consequentemente, (d) a prorrogação da outorga da garantia fidejussória, prestada na forma de fiança, pela Cia., em caráter irrevogável, irretroatável, em garantia do integral e pontual pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura da 6ª Emissão pelo período adicional ora deliberado até o pagamento total das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura da 6ª Emissão); **4.3.** Autorizar que a Diretoria da Cia. e/ou seus procuradores, conforme aplicável, a praticar(em) todos os atos, negociar e tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações acima, incluindo a celebração dos aditamentos à Escritura da 5ª Emissão e à Escritura da 6ª Emissão; **4.4.** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Cia. e/ou por seus procuradores, conforme o caso, relacionados às matérias acima. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, a qual foi lida, aprovada e assinada. **6. Assinaturas:** João Pedro Backheuser; Presidente e Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro; Secretária. Conselheiros: João Pedro Backheuser, Carlos Henrique da Cruz Lima, Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro, Genilson Silva Melo, Ricardo Bacellar Wuerkert e Francisco Uibratan de Sousa. Confira com o original lavrado em livro próprio. Niterói, 08/02/2023. **João Pedro Backheuser** - Presidente; **Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro** - Secretária; Conselheiros: **João Pedro Backheuser; Carlos Henrique da Cruz Lima; Sílvia Cortes de Lacerda Ribeiro; Ricardo Bacellar Wuerkert; Genilson Silva Melo; Francisco Uibratan de Sousa.** JUCERJA nº 5317988 em 14/02/2023. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE 33.3.0027764-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") da CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), realizada em 14 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), por meio da plataforma digital *Microsoft Teams* (Videoconferência) ("Plataforma Digital"), conforme informado pela Companhia aos seus acionistas e ao mercado em geral nos documentos referentes à convocação desta Assembleia. **2. Convocação e Publicações:** O edital de convocação foi publicado nos dias 24, 25 e 26 de janeiro de 2023, no jornal "Diário Comercial" (respectivamente, nas páginas B1, B2 e B1), bem como no website do mesmo jornal (www.diariocomercial.com.br), conforme disposto nos artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). A proposta da Administração acompanhada de toda a documentação base para a Assembleia foi disponibilizada aos Acionistas no site da Cia., na B3 e na CVM. **3. Presença:** Acionistas representando 61,9091% do capital social votante da Companhia, observada a previsão do art. 47, da RCVM nº 81. Presentes ainda o membro do Conselho de Administração, Sr. Alexandre Pereira Coelho. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Alexandre Pereira Coelho; Secretário: Leonardo d'Almeida Girão; ficando a mesa composta na forma do artigo 25, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia. **5. Instalação:** Observada a presença registrada no item 3 supra, não tendo sido atingido o quórum mínimo de instalação para deliberações sobre alteração estatutária que é de 2/3 (dois terços), conforme art. 135 da Lei das S.A., a presente AGE fica instalada somente para deliberação sobre o Item "iv" da ordem do dia, qual seja, deliberar sobre aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações para os Diretores da Companhia, ficando a deliberação com relação aos itens "i", "ii" e "iii" da ordem do dia prejudicada, a serem deliberados em segunda convocação desta AGE. **6. Ordem do Dia e Deliberações:** Observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e, verificado o quórum mínimo legal previsto no artigo 125 da Lei das S.A., os Acionistas tomaram a seguinte deliberação: **6.1.** Aprovar, registrada a abstenção de acionistas representando 17,2801% do capital social da Companhia, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, o Plano de Remuneração Baseado em Ações para os Diretores da Companhia nos termos da proposta da administração para esta Assembleia. **6.2.** Autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria a tomar as providências necessárias à implementação das deliberações aprovadas na presente Assembleia. **7. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se esta ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do art. 130, parágrafo 1º, da Lei das S.A., a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, devendo a publicação da ata ser realizada com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do art. 130, parágrafo 2º da Lei das S.A. Os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Extraordinária foram arquivados na sede social da Companhia, acompanhando a presente ata. (ass) Alexandre Pereira Coelho - Presidente; (ass) Leonardo d'Almeida Girão - Secretário. **Acionistas:** SQUADRA MASTER LONG-BIASED FIA, SQUADRA MASTER LONG-ONLY FIA, FPRV SQA SANHAÇO FIA PREVIDENCIÁRIO, SQUADRA HORIZONTE FIA, GROUPEUR EQUITY LLC, SNAPPER EQUITY LLC, SV2 EQUITY LLC, SV3 EQUITY LLC, TOTAL LOG PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA., SQUADRA TEXAS LLC, VKF INVESTMENTS LTD e NORGES BANK. **Certidão:** Certifico que a presente é cópia fiel e transcrita no livro próprio da Companhia. **Mesa:** Alexandre Pereira Coelho - Presidente; Leonardo d'Almeida Girão - Secretário.

CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE nº 33.3.0027764-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCACÃO Convocamos os acionistas da **CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia"), companhia aberta com sede na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-455, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a se reunirem, no dia **27 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas**, em 2ª convocação de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a ser realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), por meio da plataforma digital *Microsoft Teams* (Videoconferência) ("Plataforma Digital"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a mudança do endereço da sede da matriz da Companhia para a cidade de São Paulo e da filial para a cidade do Rio de Janeiro; (ii) Deliberar sobre a alteração do art. 2º do Estatuto Social para refletir a mudança do endereço da sede; (iii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** **A. Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e com a RCVM 81, a Companhia informa que foram disponibilizados aos acionistas da Companhia desde a publicação da 1ª convocação da AGE, na sede da Companhia, no seu portal de Relações com Investidores (www.cr2.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na RCVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGE. **B. Instalação da AGE:** A Companhia esclarece que, nos termos do art. 135 da Lei das S.A., a AGE se instalará com qualquer número de acionistas presentes. **C. Habilitação e Acesso à Videoconferência:** A AGE ocorrerá por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, com a utilização de vídeo e áudio. Para participar da AGE, o acionista deverá enviar, para o e-mail ri@cr2.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das S.A., e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) cópia simples ou digitalizada da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Companhia para fins de identificação do acionista: **Para pessoas físicas:** documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. **Para pessoas jurídicas:** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. **Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. (iii) aos acionistas que forem representados por meio de procuração com firma reconhecida em cartório, deverá ser enviado o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. (iv) nome, CPF e endereço eletrônico para o qual deverá ser enviado o link de acesso à AGE. Uma vez recebida e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na AGE por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da AGE por meio da Plataforma Digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do art. 47, §1º da RCVM 81. Caso o acionista não receba o link de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da AGE, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, para que seja prestado o suporte remoto. A partir do credenciamento, o participante se compromete a (i) utilizar o link individual única e exclusivamente para participação na AGE, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido link intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGE. Para participar da AGE por meio virtual, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma *Microsoft Teams*, cujo download poderá ser realizado pelo link <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app>. Todo acionista, representante ou procurador que ingressar na assembleia por meio virtual passará por uma verificação visual a fim de confirmar a identidade do participante e regularidade de sua participação. Nesta verificação será solicitada a exposição do documento de identificação do participante na câmera de seu dispositivo, de modo que a foto e todas as informações do referido documento estejam visíveis e legíveis. Ao longo de toda a AGE o participante deverá manter a câmera de seu dispositivo ligada e deverá estar posicionado à frente dessa, de forma a permanecer visível durante toda a Assembleia. O participante que desligar a câmera ou se ausentar da frente da mesma poderá ser notificado para que retorne ou religue o dispositivo. Em caso de não atendimento à solicitação, o participante poderá ser retirado da videoconferência. Como forma de otimizar a interação dos presentes, o áudio dos participantes por meio de videoconferência ficará automaticamente silenciado. Os participantes poderão manifestar-se por (i) mensagens, a qualquer momento ou (ii) áudio, mediante solicitação por mensagem para a liberação oportuna de seu áudio. Além disso, informamos que a AGE será gravada, nos termos do art. 28, §1º, inciso II da RCVM 81 e que a Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma *Microsoft Teams* com o equipamento do participante. Dúvidas sobre o acesso poderão ser sanadas com antecedência através do e-mail ri@cr2.com.br. **D. Boletim de Voto a Distância:** Conforme autoriza o art. 26, §2º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, por se tratar de AGE que não versa sobre matéria que exija a adoção do boletim de voto a distância, a Companhia informa aos senhores acionistas que não será adotado, para esta AGE, o boletim de voto a distância, de modo que a votação ocorrerá somente por meio da Plataforma Digital no momento da AGE. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023. **Alexandre Pereira Coelho** - Presidente do Conselho de Administração.

LEGISLATIVO

Alerj instala mais de 20 comissões permanentes

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), instalou nesta quarta-feira (15/02) 21 comissões permanentes com a eleição de seus presidentes e vice-presidentes. Essas comissões têm a função de dar parecer sobre temas abordados em projetos ou mensagens, além de realizar audiências públicas para discutir assuntos de interesse parlamentar e da população fluminense.

A Comissão de Segurança Pública, que será presidida pelo deputado Márcio Gualberto (PL) e terá como vice-presidente o deputado Filipe Soares. A Comissão de Educação da Casa será presidida por Alan Lopes (PL), um dos novos deputados do Parlamento, assim como a vice-presidência da comissão, que será ocupada por Vitor Júnior (PDT). Outra deputada novata a presidir uma comissão é Verônica Lima (PT), ela estará à frente da Comissão de Cultura, juntamente com o vice-presidente, deputado Thiago Gagliasso (SD). Pela primeira

vez, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher será composta somente por mulheres. O colegiado terá a deputada Renata Souza (PSol) na presidência e a deputada Zeidan (PT) na vice-presidência dos trabalhos. Na primeira reunião, serão analisadas as candidaturas ao Prêmio Leolinda Daltró, que destaca a contribuição de mulheres na defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero. Foram ainda criadas as seguintes comissões: Comissão de Saúde; Comissão de Servidores Públicos, Comissão de Minas e Energia, Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos, Comissão de Esporte e Lazer, Comissão de Defesa dos Animais, Comissão de Segurança Alimentar, Comissão de Obras Públicas, Comissão de Defesa Civil, Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso, Comissão de Saneamento Ambiental, Comissão de Transportes, Comissão de Economia, Indústria e Comércio, Comissão da Pessoa com Deficiência, Comissão de Turismo.

SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE CNPJ/ME nº 01.685.053/0001-56 NIRE 3330027441-3 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2023.
Data, Hora e Local: Em 24 de janeiro de 2023, às 9h, por meio de videoconferência. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada na forma do art. 124, §4º da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Raquel Reis Correa Secretária: Sofia Lemos Antunes Maciel **Deliberações:** Aprovadas pela totalidade das acionistas da Companhia, sem qualquer emenda ou ressalva. I. Retificar o item I da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 27 de dezembro de 2022, que deliberou, dentre outros assuntos, sobre o aumento de capital da Companhia, de forma a corrigir a quantidade total de ações constante do caput do art. 5º do Estatuto Social, de 141.571.150 (cento e quarenta e um milhões, quinhentas e setenta e um mil, cento e cinquenta) para 141.222.157 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e sete). Desta forma, o mencionado item passa a vigorar com a seguinte redação: "I. Aproveado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$430.110.884,26 (quatrocentos e trinta milhões, cento e dez mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), com a emissão de 3.059.358 (três milhões, cinquenta e nove mil, trezentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias e 3.032.806 (três milhões, trinta e duas mil, oitocentas e seis) novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$70,6006739577497 por ação, calculado conforme disposto no art. 170, §1º, II da Lei nº 6.404/76, na data-base de 30.11.2022, sendo: (i) 3.059.358 (três milhões, cinquenta e nove mil, trezentas e cinquenta e oito) novas ações ordinárias subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista **Tradição Companhia de Seguros**, CNPJ nº 33.041.062/0001-09; e (ii) 3.032.806 (três milhões, trinta e duas mil, oitocentas e seis) novas ações preferenciais subscritas e integralizadas, neste ato, pela acionista **Rede D'Or São Luiz S.A.**, CNPJ nº 06.047087/0001-39; passando o capital social da Companhia de R\$5.652.618.646,82 (cinco bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos) para R\$6.082.729.531,08 (seis bilhões, oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e oito centavos), com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social que passará a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$6.082.729.531,08 (seis bilhões, oitenta e dois milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e oito centavos), dividido em 141.222.157 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta e sete) ações, sendo 100.481.550 (cem milhões, quatrocentas e oitenta e uma mil, quinhentas e cinquenta) ordinárias e 40.740.607 (quarenta milhões, setecentas e quarenta mil, seiscentas e sete) preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal".** II. Retificar todos os demais assuntos deliberados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2022. III. Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que constitui o Anexo I desta ata, de forma a refletir a deliberação do item I acima. **Documentos anexos:** Estatuto Social consolidado. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei 6.404/76, que foi assinada pela Mesa e pelos acionistas. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2023. **Assinaturas:** Raquel Reis Correa, Presidente da Assembleia; Sofia Lemos Antunes Maciel, Secretária da Assembleia. Acionistas: Tradição Companhia de Seguros, representada por sua procuradora Sofia Lemos Antunes Maciel e Rede D'Or São Luiz S.A., representada por seu Diretor Mauro Teixeira Sampaio. JUCERJA nº 00005316503 em 13/02/2023. Secretário Geral: Jorge Paulo Magdaleno Filho.

MC BRAZIL DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 30.950.576/0001-80 | NIRE 33.3.0033663-0
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de janeiro de 2023, às 14h00, na sede da MC Brazil Downstream Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, sala 501-A, Leblon, CEP 22430-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade das acionistas da Companhia, conforme assinatura constante do "Livro de Registro de Presença de acionistas". **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Luiz de Mendonça e secretariados pelo Sr. Pedro Orrico Sandrin. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas para examinar, discutir e votar a respeito da: (i) a homologação da Primeira Proposta de Redução de Capital Social da Companhia, conforme aprovada nos termos do item 5.1 da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de novembro de 2022, às 14h00, publicada no jornal "Diário Comercial" na edição de 30 de novembro de 2022 ("AGE 28.11.2022"); (ii) a homologação da Segunda Proposta de Redução de Capital Social da Companhia, conforme aprovada nos termos do item 5.2 da AGE 28.11.2022; (iii) a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir as reduções de capital aprovadas nos itens (i) e (ii) acima; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações tomadas **5. Deliberações:** Submetidas as matérias para discussão, as acionistas da Companhia examinaram os itens constantes da ordem do dia e decidiram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, o seguinte: **5.1.** Aprovar a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário dos fatos ocorridos contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Tendo em vista (i) o deliberado no item 5.1 da AGE 28.11.2022; e (ii) o cumprimento de todas as Condições Suspensivas, cumulativamente, elencadas no item **5.2.1** da ata da AGE 28.11.2022, as acionistas resolvem homologar a Primeira Proposta de Redução de Capital Social da Companhia, no valor total de R\$ 607.394.712,32 (seiscentos e sete milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e doze reais e trinta e dois centavos), para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados até 31 de outubro de 2022, conforme apurado nas demonstrações contábeis da Companhia datadas de 31 de outubro de 2022 e arquivadas na sede da Companhia, mediante o cancelamento de 755.228.695 (setecentas e cinquenta e cinco milhões, duzentas e vinte e oito mil, seiscentas e noventa e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor patrimonial unitário de R\$0,804252693745 cada ação, proporcionalmente às respectivas participações de suas acionistas no capital social, de forma que foram canceladas (1) 755.228.694 (setecentas e cinquenta e cinco milhões, duzentas e vinte e oito mil, seiscentas e noventa e quatro) ações de titularidade da acionista MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior; e (2) 1 (uma) ação de titularidade da acionista MIC Capital Management 84 RSC LTD. ("Primeira Redução do Capital Social"). Em razão da homologação da Primeira Redução do Capital Social, o capital social da Companhia, atualmente de R\$ 3.302.479.177,00 (três bilhões trezentos e dois milhões quatrocentos e setenta e nove mil, cento e setenta e sete reais) e dividido em 3.302.479.177 (três bilhões trezentos e dois milhões quatrocentos e setenta e nove mil cento e setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passará a ser de R\$2.695.084.464,68 (dois bilhões, seiscentos e noventa e cinco milhões, oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), dividido em 2.547.250.482 (dois bilhões, quinhentas e quarenta e sete milhões, duzentas e cinquenta mil, quatrocentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passará a ser de R\$1.860.252.464,68 (um bilhão, oitocentos e sessenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), dividido em 1.509.228.469 (um bilhão, quinhentas e nove milhões, duzentas e vinte e oito mil, quatrocentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.4.** Em razão da aprovação da homologação da Primeira Redução do Capital Social e da Segunda Redução do Capital Social, nos termos dos itens 5.2 e 5.3 acima, a acionista única decide aprovar a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 1.860.252.464,68 (um bilhão, oitocentos e sessenta milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), dividido em 1.509.228.469 (um bilhão, quinhentas e nove milhões, duzentas e vinte e oito mil, quatrocentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".** **5.5.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, já refletida as alterações aprovadas nesta Assembleia, passará a vigorar na forma do **Anexo I** à presente ata. **5.6.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, podendo, para tanto, assinar todos os documentos e cumprir todas as formalidades aplicáveis. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **7. Assinaturas:** Mesa: Luiz de Mendonça – Presidente; Pedro Orrico Sandrin – Secretário. Acionista: MIC Capital Partners (Brazil Strategic Opportunities) Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – representado por procuração por Rodrigo Romualdo Moreira – e MIC Capital Management 84 RSC LTD. – representado por procuração por Rodrigo Romualdo Moreira e Alexandre Catherine de Hann.

MC BRAZIL GALILEO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 42.654.267/0001-42 - NIRE 33.3.0033916-7
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2022. **1. Data, Hora e Local:** Realizada em 30 de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sede social da **MC Brazil Galileo Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Afrânio de Melo Franco nº 290, sala 401-A, Leblon, CEP 22430-060. **2. Convocação:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, representando a totalidade do seu capital social, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Presença:** Presente acionista titular de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionista. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Thiago Aguiar Sayão** e secretariados pelo Sr. **Marcos Melo**. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a aprovação do aumento de capital da Companhia com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) a análise e aprovação do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da MC Brazil Galileo Participações S.A. pela Instituto de Ensino em Saúde S.A.", celebrado nesta data entre os diretores da Companhia e do Instituto de Ensino em Saúde S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.318.902/0001-24, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Luís Viana, nº 8.812, Pavimento 1, nível 3, bairro Platã, CEP 41650-500 ("IES"), o qual fixa os termos, cláusulas e condições da incorporação da Companhia pela IES ("Incorporação" e respectivamente, "Protocolo e Justificação"); (iv) a ratificação da indicação e contratação de empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Companhia, para fins do disposto nos arts. 226 e 227, e na forma do disposto no art. 8º, todos da Lei das Sociedades por Ações ("Laudo de Avaliação"); (v) a análise e aprovação do Laudo de Avaliação; (vi) a aprovação da Incorporação; (vii) em razão da Incorporação, a aprovação da celebração, pela Companhia, de aditivo ao "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolidada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da MC Brazil Galileo Participações S.A.", datado de 12 de maio de 2022 ("Escritura de Emissão"), de forma que a IES passe a ser a emissora e, por consequente, assuma todas as obrigações da Companhia decorrentes da Escritura de Emissão; e (viii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia geral. **6. Deliberações:** Após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia deliberou, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: **6.1.** Aprovar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **6.2.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 266.307.491,51 (duzentos e sessenta milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e um centavos), desconsiderados os centavos, mediante a emissão de 266.307.491 (duzentos e sessenta milhões, trezentos e sete mil, quatrocentos e noventa e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação ("Novas Ações"), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, de modo que o capital social da Companhia passará **dos atuais R\$ 646.258.881,00 (seiscentos e quarenta e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e oitocentos e oitenta e um reais), dividido em 646.258.881 (seiscentas e quarenta e seis milhões, duzentas e cinquenta e oito mil e oitocentas e oitenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 912.566.372,00 (novecentos e doze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais), dividido em 912.566.372 (novecentos e doze milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** **6.2.1.** As Novas Ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, nos termos do boletim de aprovação que constam do **Anexo I** à presente ata. **6.3.** Ante o deliberado e aprovado acima, a redação do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 912.566.372,00 (novecentos e doze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais), representado por 912.566.372 (novecentos e doze milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, trezentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal".** **6.4.** Aprovar a cláusula e Justificação, o qual consubstancia as justificativas, os termos, as cláusulas e as condições da Incorporação. O referido Protocolo e Justificação, independente de transcrição, é parte integrante da presente ata na forma do **Anexo II**. **6.5.** Aprovar e ratificar a escolha da Pierre Carvalho Magalhães, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Henrique Burnier, nº 349, apto. 300, Grajau, CEP 30.431-202, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 38.417.106/0001-68, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais ("CRC/MG") sob o nº MG-014924/O-1 ("Empresa Avaliadora"), neste ato representada por seu representante, Pierre Carvalho Magalhães, portador da carteira de identidade (RG) nº M-8.413.726, expedida pela SSP-MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.132.646-01 e no MG-CRMG sob o nº MG-74.700/O-3, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço profissional na Rua Henrique Burnier, nº 349, apto. 300, Grajau, CEP 30.431-202 - MG, na qualidade de empresa especializada para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil da Companhia, composto pela totalidade dos direitos e obrigações da Companhia na Data Base (conforme definição abaixo), os quais serão transferidos à IES em razão da Incorporação. A Empresa Avaliadora, previamente consultada, aceitou o encargo e elaborou o respectivo Laudo de Avaliação em estrita observância ao que estabelecem os critérios contábeis e a legislação societária atualmente em vigor. **6.5.1.** Nos termos da legislação vigente, a Empresa Avaliadora declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da IES ou da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) não ter tido, pela IES, pela Companhia, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários para a elaboração do Laudo de Avaliação. **6.6.** Aprovar o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Avaliadora. O Laudo de Avaliação é autenticado pela Mesa e passa a integrar esta ata como **Anexo III**. **6.6.1.** Consignar que foi fixado o critério patrimonial contábil para a avaliação do patrimônio líquido da Companhia a ser vertido para a IES. **6.6.2.** Consignar que o Laudo de Avaliação foi fundamentado no balanço patrimonial da Companhia elaborado tendo como referência o dia 30 de setembro de 2022 ("Data-Base"), as quais são parte integrante do Laudo de Avaliação. **6.6.3.** Consignar que, conforme o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Avaliadora, o valor do patrimônio líquido da Companhia na Data-Base é de R\$ 624.518.023,99 (seiscentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e dezoito mil, vinte e três reais e noventa e nove centavos). Tendo em vista os ajustes previstos no Item 4.5 do Protocolo e Justificação, de forma a considerar (i) a exclusão do valor correspondente à equivalência patrimonial e o custo de aquisição da participação da Companhia na IES, (ii) a constituição de provisões, na Companhia, no montante da diferença entre o valor do ativo e do benefício fiscal dele decorrente, e (iii) o aumento do capital social da Companhia aprovado nesta data, conforme Item 6.2 acima, decorrente da capitalização do crédito relativo ao saldo devedor da conta de Aquisições a Pagar da Companhia, o valor do acervo líquido a ser incorporado pela IES soma o montante de R\$ 239.012.538,74 (duzentos e trinta e nove milhões, doze mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos (Acervo Líquido)). **6.7.** Aprovar a Incorporação da Companhia, conforme o Art. 226 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação e com base no Laudo de Avaliação, passando a pertencer à IES todos os bens, direitos e obrigações da Companhia relacionados ou mencionados no referido Laudo de Avaliação. **6.7.1.** Consignar que, em razão da aprovação da Incorporação, ficará extinta de pleno direito, e para todos os fins, a Companhia, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. **6.7.2.** Consignar que, nos termos do art. 227 da Lei das Sociedades por Ações, a IES sucederá a Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Companhia, sejam patrimoniais ou não patrimoniais. **6.7.3.** Consignar que a Incorporação não resultará em qualquer modificação no capital social da IES, sendo certo que o Acervo Líquido será destinado à formação de conta de reserva especial de ativo, a qual será capitalizada proporcionalmente, em proveito de todos os acionistas da IES, na medida da amortização do referido ativo. **6.7.4.** Consignar que o valor do Acervo Líquido será integralmente destinado a formação da conta de reserva de capital da IES, de forma que não serão emitidas novas ações. Eventual capitalização da referida reserva no futuro será realizada em proveito de todos os acionistas da IES. **6.7.5.** Consignar que a efetivação da Incorporação foi aprovada pela totalidade dos debenturistas titulares de debêntures decorrentes da Escritura de Emissão. **6.8.** Como resultado da aprovação da Incorporação mencionada no item 6.7 acima, aprovar a celebração de aditivo à Escritura de Emissão, consignando que a IES passa a ser a emissora e assume toda e qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão. **6.9.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos e adotarem todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações aprovadas na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, incluindo, mas não se limitando, à assinatura de contratos e documentos relacionados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos nos termos do § 1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida, conferida, e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** **Thiago Aguiar Sayão** - Presidente; **Marcos Melo** - Secretário. **Acionista Presente:** MC Brazil Clariens Fundo de Investimento em Participações, Multiestratégia; **Representante da Empresa Avaliadora:** Pierre Carvalho Magalhães. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2022. **Mesa:** **Thiago Aguiar Sayão** - Presidente; **Marcos Melo** - Secretário. JUCERJA nº 5216307 em 21/12/2022.

ADEQUAÇÃO

FecomercioSP: indicador de estoques cai 2,4% em fevereiro

Na comparação com igual mês de 2022, houve queda de 7,0%. Com o resultado, o IE foi a 111,8 pontos, o menor nível desde setembro.



A proporção de empresários consultados que consideram a situação dos seus estoques adequados passou de 57,2% para 55,7% entre janeiro e fevereiro.

O Índice de Adequação dos Estoques (IE) do comércio paulistano caiu 2,4% na margem em fevereiro, após queda de 1,4% em janeiro, informou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Na comparação com igual mês de 2022, houve queda de 7,0%. Com o resultado, o IE foi a 111,8 pontos, o menor nível desde setembro (111,6 pontos).

A proporção de empresários consultados que consideram a situação dos seus

estoques adequados passou de 57,2% para 55,7% entre janeiro e fevereiro. Entre os que consideram ter estoques adequados, a FecomercioSP apurou avanço entre os que acreditam ter estoques além do adequado (27,2% para 28,2%) e aquém (15,4% para 15,7%).

O IE caiu 2,3% entre as empresas de pequeno porte e 7,6% entre as de grande porte. Na amostra analisada pela FecomercioSP, 55,6% das pequenas empresas consideravam ter estoques adequados, ante 57,0% em janeiro. Nas de grande porte, a proporção recuou de 63,7% para 58,9%.

Nas pequenas empresas, a proporção dos empresários que consideravam ter mais estoques acima do adequado subiu de 27,3% para 28,3% e abaixo, de 15,4% para 15,7%. Nas grandes, as percepções avançaram de 20,9% para 24,4% e de 15,4% para 16,7%, respectivamente.

Nas aberturas por setores, as empresas de bens semi duráveis (-10,8%) e duráveis (-2,1%) puxaram a queda do IE, contra avanço nas empresas de bens não duráveis (1,5%).

Entre as companhias de bens semi duráveis 43,6% dos empresários consideram ter estoques adequados (ante

48,9%), enquanto 24,4% consideram ter estoques além do adequado (ante 22,2%) e 31,2% aquém do adequado (28,2%).

Nos bens duráveis, a percepção de adequação abrangeu 61,1% dos empresários (ante 62,6%). Os que consideram estoques acima do ideal foram 26,6% (ante 24,5%) e abaixo, 12,1% (ante 13,0%).

Entre as empresas de bens não duráveis, 58,3% viam a situação como adequada (ante 57,4%) e 32,8% acima do nível adequado (ante 33,7%). O patamar dos que viam os estoques abaixo do adequado se manteve estável, em 8,9%.

SUPERLOTAÇÃO

Falha elétrica provoca transtornos na operação da Linha 4-Amarela do Metrô

Uma falha elétrica na Linha 4-Amarela do Metrô de São Paulo paralisou a circulação de trens e provocou transtornos para passageiros durante a manhã de quarta-feira, 15. Por volta das 12h40, o problema ainda persistia.

"Técnicos atuam para restabelecer a circulação plena de trens na Linha 4-Amarela, que, às 10h13, apresentou falha elétrica. No momento, estamos prestando serviços nos dois sentidos das estações Paulista a Luz e de Vila Sônia a Pinheiros. Entre Paulista e Pinheiros, a operação é feita por via única", disse a ViaQuatro.

Ônibus do Plano de Apoio

entre Empresas de transporte frente as Situações de Emergência (Paese) foram acionados e reforçam o transporte de passageiros entre Butantã e Paulista, de acordo com a concessionária. No entanto, os passageiros também reclamam da superlotação dos veículos.

"Desci na Paulista e lá eles estavam encaminhando para a porta da estação, onde eles nos colocariam em um ônibus com sentido à Avenida Faria Lima, na região da Vila Olímpia. Mas estava um caos. Tudo muito desorganizado, com os ônibus lotados. Era impossível entrar. Eu decidi pedir um carro por aplica-

tivo particular e gastei mais de uma hora para uma viagem que duraria 20 minutos", disse a publicitária Bruna Oliveira, de 27 anos.

Nas redes sociais, usuários relatam ainda que havia tumulto não somente nas plataformas, mas também no acesso de escadas rolantes das estações, entre elas a de Pinheiros e da Paulista. Eles também citam dificuldade no acesso das catracas.

Muitos reclamaram da falta de informação por parte da ViaQuatro, concessionária que administra a linha. Há queixas ainda de passageiros que ficaram presos dentro dos vagões, no momento

em que o problema aconteceu. Eles relataram a falta de assistência e pessoas passando mal.

De acordo com a concessionária, os passageiros estão sendo constantemente orientados por avisos sonoros emitidos nos trens e estações e também pelos Agentes de Atendimento e Segurança (AAS) da empresa.

Em razão da falha elétrica na Linha 4-Amarela, operada pela ViaQuatro, a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) afirmou, por volta das 12h40, que a Linha 1-Azul, Linha 2-Verde e Linha 3-vermelha funcionavam com velocidade reduzida.

SAUDE

Governador derruba exigência de vacinação contra o coronavírus

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sancionou projeto que derruba a exigência de vacinação contra a covid-19 para ter acesso aos locais públicos e privados do Estado. O despacho foi assinado na terça-feira, 14, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de quarta-feira, 15, dia em que a lei entrou em vigor. "Fica proibido exigir comprovante de vacinação contra covid-19 para acesso a locais públicos ou privados", afirma o texto.

Ainda de acordo com o governo estadual, não haverá mais a obrigatoriedade da apresentação do certificado de vacinação para ter acesso a locais públicos e privados, exceto aos profissionais de saúde. "Uma vez que eles podem ter contato com imunossuprimidos, trabalhadores em instituições para idosos, profissionais em contato com crianças portadoras de doenças crônicas e mulheres grávidas, considerando que estas pessoas estão mais propensas a desenvolver formas graves de covid-19", disse.

O prazo final para manifestação do governador sobre o projeto, de autoria de frente bolsonarista da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), expirava na quarta-feira.

Prometida durante a campanha, a medida vai na contramão dos planos do governo federal, que vem defendendo o esforço para ampliar a cobertura vacinal, inclusive com a obrigatoriedade para o acesso a locais públicos e para receber benefícios, como o Bolsa Famí-

lia. O direito ao programa social depende da imunização dos filhos dos beneficiários.

O projeto de lei é de autoria de Janaina Paschoa (PSL), Altair Moraes (Republicanos), Carlos Cezar (PSB), Castello Branco (PSL), Coronel Nishikawa (PSL), Coronel Telhada (PP), Agente Federal Danilo Balas (PSL), Delegado Olim (PP), Douglas Garcia (PTB), Gil Diniz (sem partido), Leticia Aguiar (PSL), Major Mecca (PSL), Marta Costa (PSD), (Valeria Bolsonaro (PRTB), Frederico d'Ávila (PSL) e Tenente Nascimento (Republicanos).

"A Secretaria de Saúde e o governo de São Paulo são favoráveis à vacina e entendemos que ela é o melhor instrumento que une custo e efetividade para a prevenção de doenças. O que está em discussão é apresentação do comprovante em determinadas situações", disse o secretário de Estado da Saúde, Eleuses Paiva

O objetivo do governo paulista, afirmou, é orientar a população sobre a necessidade de manter acima de 90% a cobertura vacinal para todo Plano Nacional de Imunização (PNI).

"São Paulo atingiu os mais altos índices de cobertura vacinal do País. Mais de 90% da população foi imunizada. Esse resultado é fruto da conscientização das pessoas sobre a importância da vacinação. Por isso, vamos reforçar esse trabalho com a realização de campanhas de vacinação para todas as idades, com informação clara e precisa, além de disponibilizar a vacina para todos", completou o governador.

SÃO PAULO PARTICIPAÇÕES EM RESTAURANTES S.A.

CNPJ/MF nº 28.830.460/0001-66 - NIRE nº 35300509447
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2020. Data, Hora e Local: Aos 23 dias do mês de agosto de 2020, às 10:00 horas, na sede social da empresa SÃO PAULO PARTICIPAÇÕES EM RESTAURANTES S.A. "Companhia", sociedade por ações de capital fechado, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, 3406, Vila Mariana, na cidade de São Paulo, SP, CEP 04102-001.
Convocação e Presença: Dispensada em razão da presença de acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Mesa: Sandra Arouca De Nadai, Presidente e Sílvia Arouca Hearne, Secretária. Ordem do dia: Deliberar sobre a nomeação da Diretoria da empresa. Deliberação: Os acionistas da Companhia, por unanimidade, decidiram: 1. O Conselho de Administração, após discutida a matéria, por unanimidade, na forma de seu Estatuto Social, reelegem a Sra. Sandra Arouca De Nadai, brasileira, divorciada, portadora de Carteira de Identidade RG nº 6.403.026-SS/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 107.804.888-65, residente e domiciliada na Rua Curitiba, 81, apartamento 191, Paraisópolis, SP, CEP 04005-030, para ocupar o cargo de Diretora Presidente, e a Sra. Sílvia Arouca Hearne, brasileira, divorciada, empresária, portadora do RG nº 8.102.222-SS/SP e inscrita sob o CPF/MF 001.481.171-55, residente e domiciliada na Rua Marechal Hermes, 151, apto 121, Bairro Jardim, Santo André, SP CEP 09090-230, para ocupar o cargo de Diretora Financeira, com mandato de 03 (três) anos, as quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que as impeçam de exercerem atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisese fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Presidente: Sandra Arouca De Nadai, Secretária: Sílvia Arouca Hearne. Acionistas: (l) Sandra Arouca De Nadai e (ii) Sílvia Arouca Hearne. Contere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 23 de agosto de 2020. Mesa: Sandra Arouca De Nadai - Presidente; Sílvia Arouca Hearne - Secretária. Acionistas: Sandra Arouca De Nadai - Presidente; Sílvia Arouca Hearne - Secretária. JUCESP nº 41.907/21-8 em 29/01/2021. TERMO DE POSSE DO MEMBRO DA DIRETORIA ELEITA, REALIZADO EM 23 DE AGOSTO DE 2020. Em 23 de agosto de 2020, às 10:00h, compareceram à sede da São Paulo Participações em Restaurantes S.A., localizada na Rua Vergueiro, 3406, na Vila Mariana, em São Paulo/SP, para firmarem o termo de posse no cargo de membros da Diretoria, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, para cumprir o mandato correspondente aos próximos 3 anos: Sandra Arouca De Nadai, brasileira, divorciada, com domicílio à Rua Curitiba, 81, Apartamento 191, Paraisópolis, São Paulo/SP, portadora da cédula de identidade nº 6.403.026-SS/SP e do CPF/MF nº 107.804.888-65, que toma posse como Diretora Presidente. Sílvia Arouca Hearne, brasileira, divorciada, com domicílio à Rua Marechal Hermes, 151, Apartamento 121, Bairro Jardim, Santo André/SP, portadora da cédula de identidade nº 8.102.222-SS/SP e do CPF/MF nº 001.481.171-55, que toma posse como Diretora Financeira. O presente termo retrata fielmente todos os fatos havidos. Nada havendo a acrescentar, segue subscrito por todos os eleitos. Diretora Presidente: Sandra Arouca De Nadai; Diretora Financeira: Sílvia Arouca Hearne. São Paulo, 23 de agosto de 2020. Acionistas: Sandra Arouca De Nadai; Sílvia Arouca Hearne. Mesa: Sandra Arouca De Nadai - Presidente; Sílvia Arouca Hearne - Secretária. JUCESP nº 138.709/21-0 em 12/03/2021.

J&T Express Brazil Ltda.

CNPJ nº 42.584.754/0001-86 - NIRE 35.237.415.070
Edital de Convocação
Sede Social: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Administração da J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. ("Sociedade"), nos termos do Parágrafo 3º do artigo 1.152 e Caput do artigo 1.074 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), convoca os sócios da Sociedade para a Reunião dos Sócios, que será realizada na sede social da Sociedade, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, cj. 51, Torre 3, Setor B, Condomínio Thera One Commercial, CEP 04571-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em primeira convocação, no dia 24 de fevereiro de 2023, às 10:00h, e em segunda convocação no mesmo local e data às 11:00h, para tratar da seguinte ordem do dia: (I) Deliberar sobre a abertura de novas filiais da Sociedade, a serem instaladas nos seguintes endereços: (a) Município de Maracacumé, Estado do Maranhão, na Avenida Deyse de Sousa, nº 496, Centro, CEP 65289-000; (b) Município de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, na Rua Deputado Benedito Lucio Machado, nº 458, Sala 02, Centro, CEP 86430-000; (c) Município de Colorado, Estado do Paraná, na Rua Minas Gerais, nº 894, Sala 01, CEP 86690-000; (d) Município de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia, na Rua Pedro Canário, nº 82-A, Bonadiman, CEP 45991-126; (e) Município de Ituituba, Estado de Minas Gerais, na Rua Vinte e Seis, nº 1535, Centro, CEP 38300-080; (f) Município de Frutal, Estado de Minas Gerais, na Rua João Lacerda, nº 126, Jardim das Laranjeiras, CEP 38204-150; (g) Município de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia, na Rodovia Ba Bonfim Campo Formoso, nº 806, Quadra V, Lote 9, Santos Dumont, CEP 48970-000; (h) Município de São João Del Rey, Estado de Minas Gerais, na Avenida Trinta e Um de Março, nº 1.346, Loja C, Colonial do Marçal, CEP 36302-016; (i) Município de Almenara, Estado de Minas Gerais, na Avenida Olindo de Miranda, nº 2.006, Parque São João, CEP 39900-000; (j) Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Rodrigo Melo Franco de Andrada, nº 1.000, Nossa Senhora do Carmo, CEP 35400-452; (k) Município de Ibotirama, Estado da Bahia, na Rua Otávio Mangabeira, nº 541-C, Galpão, São Francisco, CEP 47520-000; (l) Município de Iralá, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 150, Térreo, Centro, CEP 84500-009; (m) Município de Janaúba, Estado de Minas Gerais, na Cirilo Barbosa, nº 809, São Gonçalo, CEP 39445027; (n) Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, na Rua Virgílio Bessa, nº 385, CEP 47400-000; (o) Município de Irecê, Estado da Bahia, na Avenida Raimundo Bonfim, nº 589, Coopreco, CEP 44900-000; e, (p) Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, na Rua Dom Pedro I, nº 1.586, Sala 01, Centro, CEP 85960-000; (II) Alterar o endereço da Filial inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.584.754/0160-07 e NIRE 21900604481, localizada no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, na Rua Espírito Santo, s/n, Quadra 473, Maranhão Novo, CEP 65903-100, para o mesmo Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, na Rua Espírito Santo, s/n, Jardim São Luis, CEP 65903-100; (III) Autorizar os administradores e/ou os procuradores da Sociedade a tomarem todas as providências e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para a formalização das resoluções no item acima.
São Paulo - SP, 15 de fevereiro de 2023. QIANG WANG - Diretor Presidente

ECE S.A.

CNPJ/MF nº 45.335.934/0001-12 - NIRE 3530058680-8
Extrato da Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 10/11/2022
Aos 10/11/2022, às 09h, na sede social, reuniram-se os membros da Diretoria da Cia. O Sr. Presidente, Pedro Augusto Paranhos de Oliveira, convidou a mim, Juliana Montanheiro Lara, para secretária. Por unanimidade de votos dos presentes, foi aprovada a abertura do estabelecimento filial da Cia., com atividade econômica de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista: (I) "Filial Ipojuca - Pernambuco", localizada na Avenida Portuária, KM 10, Sala ECE, Suape, no Município de Ipojuca/PE, CEP: 55594900. Nada mais. São Paulo, 10/11/2022. Pedro Augusto Paranhos de Oliveira - Diretor Presidente; Juliana Montanheiro Lara - Secretária. JUCESP nº 72.017/23-5 em 13/02/2023. Gisela Silmeia Ceschin - Secretária Geral.

COMUNICADO ÀS AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E AOS ANUNCIANTES FERIADO DE CARNAVAL

Comunicamos que dia 17 (sexta-feira) de fevereiro, às 18 horas, fecharemos a edição que levará as datas de 18 (sábado), 19 (domingo), 20 (segunda-feira), 21 (terça-feira) e 22 (quarta-feira) de fevereiro de 2023.

No dia 22 (quarta-feira), após às 12 horas, retornaremos às nossas atividades normais.

Diário Comercial

PRINTER

para Oferta de Ações

A **Luz Capital Markets** oferece soluções completas para **IPO** e **FOLLOW ON**. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time sênior com foco na agilidade.

- ◇ Prospecto e Offering Memorandum
- ◇ Formulário de Referência
- ◇ ITR e DFP
- ◇ Data Room Venue® by **DFIN**
- ◇ Atendimento 24h



www.luzcm.com

LUZ 50 anos
CAPITAL MARKETS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/83FE-A8FB-7533-AE58> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 83FE-A8FB-7533-AE58



Hash do Documento

D8D7D4A7CDBD7F4546D9A5DD3E71668262E11237ED002895BE36852A90252638

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 15/02/2023 21:36 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

